



Bailarina plus size de Anitta posa para ensaio sensual: "Mostro minha autoestima elevada"

PÁGINA 7

Gazeta

Segunda-feira

Goiânia, 4 de setembro de 2017

Ano 12 - Edição 3268

R\$1 do Estado

portalgazeta

gazetadoestado



62 99118-3777 www.portalgazeta.com.br



BRASIL

Temer cede à pressão e congela por 120 dias decisão sobre reserva amazônica

WWF-Brasil/Zig Koch



PÁGINA 02

REPERCUSSÃO

Ministério paralisa processos sobre Renca e diz que vai debater mineração

PÁGINA 03

EM CERIMÔNIA

Caiado diz que Tocantins reconhece importância de Iris para o Estado

Fotos: divulgação



PÁGINA 03

MESMO SEM REGISTRO

Estado é obrigado a fornecer Canabidiol à criança autista de 7 anos

PÁGINA 04

ICMS GESTÃO

Audiência Pública será hoje na Assembleia Legislativa de Goiás

PÁGINA 04

BRASÍLIA

Campanha de castração de animais abre mil vagas



PÁGINA 05

PERIGO

Vacinação em queda no Brasil preocupa autoridades por risco de surtos e epidemias de doenças fatais

PÁGINA 09

DESPERDÍCIO

SUS joga fora R\$ 16 milhões em medicamentos de alto custo



PÁGINA 11



■ **Bráulio Duarte**
braulio@ayresduarte.adv.br

Justiça & Cidadania

Demissão via WhatsApp não gera danos morais

O magistrado entendeu que o aplicativo é um meio seguro de conversação e que não há exposição à terceiros



O juiz do Trabalho substituto Celso Alves Magalhães, da 3ª vara do Trabalho de Uberlândia/MG, negou pedido de indenização por danos morais de um empregado que foi dispensado via mensagens no WhatsApp.

Após ser mandado embora de uma empresa de instalação de ar condicionado, o homem requereu na Justiça ao pagamento de verbas rescisórias e, também, indenização por danos morais, pois o fato ocorreu diante mensagens no aplicativo.

Ao julgar o caso, o juiz entendeu que a dispensa se deu sem o pagamento das verbas devidas e entrega da documentação relativa à rescisão contratual.

Porém, em relação aos danos morais, o magistrado ressaltou que o

acontecimento representou meros aborrecimentos cotidianos na rotina de qualquer trabalhador.

“O dano moral pressupõe dor, vexame, sofrimento ou humilhação que, fugindo da normalidade, interfira intensamente no comportamento psicológico do indivíduo, causando-lhe aflição, angústia e desequilíbrio em seu bem-estar.”

Para ele, a dispensa por meio do WhatsApp não gera danos morais, pois o fato não foi exposto à terceiros. E, como o autor já teria cobrado pagamento de salário por meio do aplicativo, o fato “abriu brecha para ser dispensado pela mesma via”.

Julgando, assim, improcedente o pedido de indenização por danos morais. **MIGALHAS**

Juiz fala em resgate de ética processual e condena consumidora em má-fé

O juiz de Direito Aldo Guilherme Saad Sabino de Freitas, de Goiânia/GO, condenou a autora de uma ação de danos morais em litigância de má-fé.

A mulher ajuizou ação contra a telefônica (Vivo) requerendo reparação por suposta negativação indevida, alegando ter contratado serviço de celular pós-pago mas sem receber o chip.

Contudo, o magistrado verificou que a requerida, em “brilhante defesa”, comprovou a efetiva celebração do contrato – inclusive juntando aos autos áudio confirmando a existência do contrato, da mudança da linha pré-paga para a pós-paga – e, com isso, concluiu como legítima a negativação.

“Na verdade, tenho visto nos últimos meses (talvez até anos) o aumento deste tipo de comportamento processual temeroso, que os especialistas chamam de “uso predatório do Poder Judiciário”, sendo necessário que se resgate a ética processual, reduzindo-se este tipo de demanda desnecessária, dando lugar aqueles que realmente precisam de Justiça.”

Assim, o julgador condenou a autora em litigância de má-fé, pagando honorários de advogado no valor de R\$ 2 mil – “considerada a ótima qualidade do procurador da parte reclamada – e multa de R\$ 1.500, quantias a serem atualizadas e acrescidas de juros legais.

MIGALHAS

BRASIL

Temer cede à pressão e congela por 120 dias decisão sobre reserva amazônica

Exatamente uma semana após decretar a extinção da Reserva Nacional de Cobre e Seus Associados (Renca), o ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, e o presidente Michel Temer determinaram “a paralisação de todos os procedimentos relativos a eventuais direitos minerários na área”

WWF-Brasil/Zig Koch



RICARDO SENRA/BBC - Após enfrentar duras críticas e uma decisão da justiça federal contrária à extinção, promovida sem consulta oficial ao Congresso e a movimentos sociais, o ministério afirma que “dará início a um amplo debate com a sociedade sobre as alternativas para a proteção da região”.

Em nota, o governo diz que a iniciativa “se dá em respeito às legítimas manifestações da sociedade e a necessidade de esclarecer e discutir as condições que levaram à decisão de extinção da Renca”.

Sem garantir se manterá a extinção da reserva, o ministério determinou um prazo de 120 dias para apresentar “ao governo e à sociedade” uma nova proposta e “eventuais medidas de promoção do seu desenvolvimento sustentável, com a garantia de preservação”.

OPOSIÇÃO

Os dias seguintes à publicação do decreto foram marcados por uma série de reverses para o governo federal.

Fazendo coro com a oposição, políticos de partidos da base do governo reagiram mal à decisão. No dia seguinte à assinatura do decreto, o líder do PSDB na Câmara, Ricardo Tripoli protocolou um pedido de revogação do ato presidencial.

Dias depois, representando a igreja Católica, uma coalizão formada pelos principais

bispos de 9 países amazônicos declarou em nota internacional que a extinção da área por decreto é antidemocrática e “uma ameaça política para o Brasil inteiro”.

A repercussão negativa da extinção da Reserva Nacional do Cobre e Associados levou o governo a revogar o ato, e publicar outro decreto no mesmo dia, reiterando a extinção da área.

O novo texto apenas deixava claro que ficavam de fora da área a ser explorada as porções de terra ocupadas por unidades de conservação da floresta, terras indígenas e região de fronteiras.

Avaliada como estratégia para diminuir a atenção sobre o caso, a decisão pareceu trazer força para o governo. Mas o principal revés veio da Justiça Federal, na mesma tarde.

Uma decisão do juiz federal Rolando Valcyr Spanholo, da 21ª Vara Federal de Brasília, derrubou o decreto e proibiu novas decisões do Executivo sobre mineração na área, alegando que o governo Michel Temer desobedeceu a Constituição ao decidir por decreto, sem levar a discussão a parlamentares e audiências públicas, que a Reserva deveria ser extinta.

Na manhã desta quinta-feira, na China, onde está em visita oficial, o presidente Michel Temer sugeriu que se mantinha decidido a extinguir a reserva e minimizou a polêmica, clas-

sificando-a como “de uma singeleza ímpar”.

“É uma questão jurídica. Vamos nos pronunciar sobre isso. Vocês sabem que lá havia uma exploração clandestina ilegal do minério. Vocês verificaram pelo decreto que foi expedido que há preservação absoluta de toda e qualquer área ambiental e de área indígena”, afirmou Temer a jornalistas.

ARTIMANHA

Para o senador do Amapá Randolfe Rodrigues (Rede), um dos principais articuladores da oposição ao decreto de Temer no Congresso, o congelamento da decisão “é mais uma artimanha”.

“O anúncio da suspensão temporária é mais uma tática retórica do Governo Federal para arrefecer a mobilização popular e a reação negativa que a medida provocou. É mais um remendo, como foi o primeiro recuo, que não durou mais que alguns minutos”, afirmou.

“A suspensão temporária é diferente da revogação definitiva. Passados os 120 dias, as atividades de exploração mineral poderão ser retomadas, na calada da noite, sem que a sociedade esteja vigilante”, avaliou Randolfe. “Temer corre para pagar sua “dívida” com os setores econômicos representados no Congresso, que, com seus votos, o livraram das acusações de corrupção, já antevendo novas denúncias.”

Gazeta
Grupo Exata de Comunicação Ltda

CNPJ: 04.471.978/0001-92

Alameda do Contorno, 1508, Qd. 37, Lt. 05,
Santo Antônio, CEP: 74.853-120, Goiânia-GO

COMERCIAL
Tel: (62) 3249-8883 / (64) 3453-8883
comercial@portalgazeta.com.br

PUBLICAÇÃO LEGAL
Tel: (62) 3249-8883 /
(64) 3453-8883
editais@portalgazeta.com.br

DIREÇÃO GRÁFICA
Érika Sandra
DIAGRAMAÇÃO
Gabriela Nunes

CLASSIFICADOS
Tel: (62) 3282-7409 / (64) 3453-8883
classificados@portalgazeta.com.br

DIRETOR PRESIDENTE
Adão dos Reis Gonçalves
adao@portalgazeta.com.br
VICE PRESIDENTE
Helvislane Martins Gonçalves

REDAÇÃO - WhatsApp: (62) 9 9118-3777
redacao@portalgazeta.com.br

REDAÇÃO SUL
Rua B-8, S/N, Qd. 14, Lt. 20, Itanhanga I
Caldas Novas - Goiás

DISTRIBUIÇÃO
Grupo Exata de Comunicação
luiscastrocarlos@gmail.com
(62) 9 92636547 - 9 83004318

EM CERIMÔNIA

Caiado diz que Tocantins reconhece importância de Iris para o Estado

Fotos: Divulgação



Nada substitui o sucesso da trajetória política construída por meio de um entrosamento com a população que ele representa

DA RECAÇÃO - A convite do prefeito de Goiânia, Iris Rezende (PMDB), o senador Ronaldo Caiado (Democratas) esteve nesta sexta-feira (01/09) em São Valério da Natividade (TO) para prestigiar a entrega dos títulos de cidadão tocan-tinense e são valeriano ao político, que já governou Goiás por dois mandatos.

Para o parlamentar, trata-se de um importante reconhecimento do Tocantins ao homem que ajudou aquele Estado a se desenvolver. “Iris Rezende fez escola e ensinou como administrar com total participação e sintonia com o povo.

Nada substitui o sucesso da trajetória política construída por meio de uma convivência, participação ou entrosamento com a população que ele representa. É o Tocan-

tins é um estado irmão de Goiás que reconhece a importância de Iris para nossa gente”, disse. O senador viajou com Iris Rezende e chegou ao Tocantins ainda cedo.

Pouco antes da cerimônia de entrega do título, que ocorreu no Centro Cultural Remígio Cassoli, Ronaldo Caiado esteve com Iris Rezende, o governador do Tocantins, Marcelo Miranda

(PMDB), e o prefeito Olímpio Arraes na inauguração da pavimentação asfáltica do Setor Aeroporto do município. Logo em seguida, eles estiveram no primeiro Mutirão da Cidadania de São Valério - inspirado no modelo implantado por Iris Rezende.

“Os mutirões lançados por Iris se eternizaram e fizeram escola porque, mesmo com

todo avanço da ciência e da política, não se pode substituir a empatia do líder com sua comunidade. E Iris sabe atender aos anseios do povo”, comentou o senador. Além de Ronaldo Caiado, acompanharam o prefeito na cerimônia o deputado federal Daniel Vilela (PMDB) e o presidente da Câmara de Goiânia, Andrey Azeredo (PMDB).

PIB

“Entraremos em 2018 em ritmo forte e constante”, diz Meirelles

O ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, disse que a retomada da atividade econômica irá se fortalecer nos próximos meses. “Entraremos em 2018 num ritmo forte e constante. Continuaremos a trabalhar para garantir que essa expansão seja longa e duradoura, gerando emprego e renda para os brasileiros”, afirmou, em nota, para comentar o resultado do Produto Interno Bruto (PIB), a soma de todas as riquezas produzidas no país.

Mais cedo, o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) divulgou que o PIB fechou o segundo trimestre do ano com alta de 0,2% na comparação com primeiro trimestre, na série ajustada sazonalmente. Na comparação com o segundo trimestre de 2016, a variação do PIB foi de 0,3%.

Meirelles destacou que, entre abril e junho, foi registrado o segundo trimestre consecutivo de crescimento, “depois de

dois anos de retração, inflação recorde e desemprego crescente”.

“As medidas que adotamos para recolocar o Brasil no caminho do crescimento sustentável começam a mostrar seus efeitos. As empresas estão voltando a contratar. A inflação baixa e a queda consistente dos juros contribuem para a retomada do consumo das famílias. O IBGE mostrou que o consumo familiar voltou a crescer depois de nove trimestres de retração”, afirmou o ministro.

ANO PROMISSOR PARA FAMÍLIAS

Para o Ministério do Planejamento, o próximo ano será “bastante promissor para o setor produtivo e para as famílias”, confirmando o cenário de recuperação da economia e o fim do período recessivo.

“O principal destaque foi a retomada do consumo das famílias e do setor de serviços, resultante de medidas

propostas pelo governo, de aperfeiçoamento de importantes instrumentos econômicos, como a permissão de saques das contas inativas do FGTS [Fundo de Garantia do Tempo de Serviço], e de destravamento do crédito às famílias, como a redução dos juros do crédito consignado e do cartão de crédito”, avaliou o ministro, em nota.

“Vale dizer que, nos próximos meses, outras medidas favoráveis ao crescimento econômico deverão alcançar resultados similares, garantindo a manutenção da retomada da atividade, do emprego e da renda, de maneira sólida e sustentável.”

O ministério destacou ainda que o resultado do PIB, no segundo trimestre decorre, pelo lado da oferta, da aceleração do crescimento do setor de serviços (0,6% ante 0,2% do 1º trimestre), e, pelo lado da demanda, do aquecimento do consumo das famílias (1,4% ante 0% do 1º trimestre).



“É o primeiro trimestre de crescimento efetivo do consumo das famílias após oito trimestres sucessivos de retração e um de estabilidade (no 1º trimestre de 2017)”, disse.

Para o ministério, houve “também contribuição favorável por parte da Formação Bruta de Capital Fixo [investimentos] que, a despeito de ter registrado recuo (-0,7%), confirma a trajetória de desaceleração da queda dos últimos quatro trimestres, preparando a retomada do investimento, decorrente da redução da taxa de juros real futura e do cenário mais positivo de recuperação econômica”.

KELLY OLIVEIRA/ABR

REPERCUSSÃO

Ministério paralisa processos sobre Renca e diz que vai debater mineração

Um dia após a Justiça Federal em Brasília suspender os efeitos do decreto do presidente Michel Temer que extinguiu a Reserva Nacional do Cobre e Associados (Renca), o governo decidiu hoje (31) paralisar todos os procedimentos relativos a eventuais direitos minerários na área da reserva, incrustada em uma região entre os estados do Pará e do Amapá.

Segundo nota assinada pelo ministro de Minas e Energia, Fernando Coelho Filho, a partir de agora, será iniciado um “amplo debate” sobre as alternativas para a proteção da região. “Essa iniciativa se dá em respeito às legítimas manifestações da sociedade e a necessidade de esclarecer e discutir as condições que levaram à decisão de extinção da Renca”, diz trecho da nota.

Ainda de acordo com o comunicado, divulgado hoje à noite à imprensa, no prazo de 120 dias, o Ministério de Minas e Energia deve apresentar ao governo e à sociedade as conclusões do debate e eventuais medidas para “promoção do desenvolvimento sustentável, com a garantia de preservação”.

REPERCUSSÃO

Assinado na última quarta-feira (23) pelo presidente Michel Temer, o decreto extinguiu a Reserva Nacional

do Cobre e Associados. A decisão gerou questionamento de ambientalistas, artistas, de setores da sociedade e até da mídia internacional.

A área de proteção foi criada em 1984 no governo do presidente João Figueiredo, o último chefe do governo do período militar. Na ocasião, foi definida a proteção de uma área de 47 mil quilômetros quadrados (km²), situada em uma região entre os estados do Pará e do Amapá.

Desde então, pesquisa mineral e atividade econômica na área passaram a ser de responsabilidade da Companhia Brasileira de Recursos Minerais (CPRM – Serviço Geológico Brasileiro) ou de empresas autorizadas pela companhia. Além do cobre, estudos geológicos indicam a ocorrência de ouro, manganês, ferro e outros minérios na área.

Na segunda-feira (28), o Ministério Público Federal no Amapá (MPF/AP) ajuizou ação civil pública pedindo à Justiça Federal a concessão de tutela de urgência para suspender os efeitos do decreto. Na quarta-feira, o juiz Rolando Spanholo, da 21ª Vara Federal de Brasília, determinou a suspensão dos efeitos de “todo e qualquer ato administrativo tendente a extinguir a reserva.

IVAN RICHARD/ABR

DELAÇÃO

Fachin dá mais 60 dias para JBS apresentar novas provas

O ministro Edson Fachin, relator da Operação Lava Jato no Supremo Tribunal Federal (STF), concedeu mais 60 dias para que o empresário Joesley Batista apresente novos anexos a sua delação premiada, incluindo provas adicionais que comprovem seus depoimentos.

Fachin acatou pedido feito pelo próprio delator e seguiu parecer da Procuradoria-Geral da República (PGR), que concordou com a solicitação. O prazo inicial para a entrega de anexos venceu no último dia (31), mesma data em

que a prorrogação foi assinada pelo ministro.

O ministro disse não haver nenhum obstáculo legal para a “retificação ou dilação temporal” da delação, contanto que “sem adentrar à mudança substancial no pactuado, congruente com a eficácia e a efetividade da colaboração premiada.”

Para embasar sua decisão, Fachin citou precedentes em que a medida também fora autorizada pelo falecido ministro Teori Zavascki, relator anterior da Lava Jato no Supremo.

FELIPE PONTES/ABR

MESMO SEM REGISTRO

Estado é obrigado a fornecer
Canabidiol à criança autista de 7 anos

Imagem ilustrativa

Criança necessita atualmente de 46 frascos de HEMP OIL (Canabidiol) RSHO CBD 1000 mg (líquido), que custa US 99,00 cada

DPE-GO - A Justiça concedeu liminar pedida pela Defensoria Pública do Estado de Goiás (DPE-GO) para que a Secretaria Estadual da Saúde de Goiás (SES) custeie, por tempo indeterminado, o fornecimento do medicamento HEMP OIL (Canabidiol) RSHO CBD 1000 mg (líquido) à Mateus Menezes Araújo Coelho, de 7 anos, portador de autismo. A criança necessita atualmente de 46 frascos do remédio, que custa US 99,00 cada.

Ao ser acionada pela mãe do garoto, Cássia Menezes Gouveia Araújo Coelho, a DPE-GO procurou a SES, por meio da Central de Medicamentos de Alto Custo Juarez Barbosa, que negou o fornecimento sob a alegação de que a substância não tem registro na Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa). Cássia havia conseguido junto ao órgão federal a liberação, mesmo sem o registro, depois de comprovar a necessidade da utilização da substância.

O defensor público Victor Lázaro Ulhoa, titular da 1ª Defensoria Pública Especializada de Atendimento Inicial em Saúde da Capital, é o responsável pelo mandado de segurança com pedido de liminar. Baseado



noutras decisões neste sentido Victor Ulhoa afirma no documento que é possível constatar que o legislador constitucional coloca a saúde como um direito social fundamental, “impondo ao Estado a obrigação de zelar pela saúde de seus cidadãos, através de políticas públicas e implementar normas e ações destinadas à concretização deste direito. Sendo a saúde um direito social e fundamental dos seres humanos, o Estado deve prover as condições indispensáveis ao seu pleno exercício, lhes disponibilizando

serviços de saúde adequados, eficientes e seguros, aí incluindo-se o adequado fornecimento de medicamentos”, explica.

A mãe de Mateus, Cássia Menezes, considera que esta foi uma grande conquista, que está ao alcance de todas as pessoas. “Primeiro, algumas pessoas acham que este tipo de coisa a gente não consegue. Segundo, porque algumas pessoas pensam que tudo que é gratuito o trabalho não é bem feito. Não é isso que a gente viu. Na Defensoria Pública há um trabalho muito bem feito e de uma

atenção gigantesca. Eu estou extremamente satisfeita com a Defensoria Pública”, enfatizou.

Cássia Menezes, que é a presidente Associação de Pais e Amigos do Autista de Goiânia (AMA), aconselha aos pais que passam pela mesma situação. “O meu conselho aos pais de crianças autistas é que eles devem ir atrás de seus direitos, as crianças merecem e têm esse direito. A Defensoria está aí para atender a parcela que realmente não tem condições e faz um trabalho de excelência”, completa.

TACs

Mudança na forma de custódia e movimentação dos recursos públicos passa a valer hoje, dia 4 de setembro

O Banco do Brasil (BB) e Caixa Econômica Federal (CEF) assinaram Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) com o Ministério Público Federal (MPF), Ministério da Transparência, Fiscalização e Controladoria-Geral da União (MTF-C-GU) no final de 2016. O termo trata da mudança na forma de custódia e movimentação dos recursos públicos que abordam os Decretos nº 6.170/2007 e 7.507/2011.

Considerando os questionamentos e pedidos de exceção pautados frente as dificuldades enfrentadas pelos gestores na movimentação dos recursos,

o MPF suspendeu os efeitos do TAC no período de 15 de janeiro a 03 de setembro de 2017, para que Estados e Municípios se adequassem as regras do termo, inclusive para ajustes nos sistemas próprios de emissão e pagamento de ordens bancárias. Neste sentido, a vigência dos Termos de Ajustamento de Conduta (TACs) terá início hoje, segunda-feira, 4 de setembro.

Os TACs firmados pelo MPF com BB e CEF, basicamente, têm por finalidade, a partir das operações bancárias: a rastreabilidade dos recursos federais (sejam sacados ou transferi-

dos entre contas); impedir que contas bancárias da saúde sirvam como “conta de repasse”; e autorizar movimentação exclusiva em fundo de saúde, sem que o valor transferido pelo FNS seja utilizado por qualquer outro órgão do poder executivo.

Essencialmente, os termos especificam que: saques em espécie das contas dos fundos devem ter valor máximo unitário de R\$ 800,00 com a identificação do destinatário; restrição de saques de valores no caixa; transferências de recursos a crédito de contas correntes, cujo titular possua natureza

jurídica especificada.

Entre as possíveis naturezas jurídicas, estão: órgão público do poder executivo estadual ou do Distrito Federal (natureza jurídica 102.3); órgão público do Poder Executivo Municipal (natureza jurídica 103.1), ou fundo público (natureza jurídica 120.1), Estado o Distrito Federal (natureza jurídica 123.6) e Município (natureza jurídica 124.4).

Vale ressaltar que os TACs permitem movimentação de recursos em situações excepcionais e que estes devem ser considerados.

CNM

ICMS GESTÃO

Audiência Pública será
hoje na Assembleia
Legislativa de Goiás

Atenção gestores goianos a Federação Goiana de Municípios (FGM), conclama a participação de todos os prefeitos e prefeitas para que participem hoje, segunda-feira (04/09), da audiência pública que vai discutir sobre a proposta estadual para a criação do ICMS Gestão. O encontro acontecerá, às 09h no auditório Solon Amaral, na Assembleia Legislativa de Goiás.

O presidente, Haroldo Naves, ressalva a necessidade da participação de todos, para que possa ser discutido, detalhado e que fique de conhecimento sobre como será a proposta para a alteração da distribuição do ICMS no Estado. “É necessário que todos os prefeitos sejam ouvidos, relatem as suas opiniões e saibam mais sobre o assunto e como ele é relevante para a qualidade das gestões municipais” frisa o presidente.

A proposta, que consta na PEC 3066/17, é que

o ICMS seja mais bem distribuído entre os municípios, tendo como critério a análise de indicadores sociais para que o investimento reflita diretamente na qualidade de vida dos moradores. Atualmente os municípios têm direito constitucional à partilha de 25% do total de ICMS arrecadado pelos Estados. Em Goiás, desse percentual, 85% é distribuído conforme o Valor Adicionado Fiscal (VAF), ou seja, pela riqueza que os municípios geram. Do restante, 10% é distribuído de forma igualitária e 5% pelo critério do ICMS Ecológico.

Na proposta, a distribuição com base no VAF seguirá a CF e será de 75%, e não mais de 85%. O restante, 25%, será distribuído na medida em que os municípios alcancem melhores indicadores sociais como educação, segurança, saúde, transparência e índice mínimo per capita.

DA REDAÇÃO

PAC 2

Prazo para entregar
declaração de utilização de
máquinas encerrou dia 31

Atenção gestores goianos, o prazo de envio da declaração anual de utilização do bem, máquinas do Programa de Aceleração de Crescimento 2 (PAC 2), termina na última quinta-feira, 31 de agosto. Fica o alerta da FGM aos gestores locais para a demanda, uma vez que a não declaração pode causar a extinção da doação e reversão automática das máquinas ao patrimônio da União, conforme consta do Termo de Doação

com Encargos.

A declaração deve ser feita pelo Sistema Eletrônico do Programa de Aceleração do Crescimento (SISPAC), disponibilizado pelo governo federal. Uma das orientações é para não utilização de endereço eletrônico do “hotmail” para cadastro no sistema, pois há um bloqueio para endereços do provedor responsável pelo envio de mensagens.

FGM
COM DADOS DA CNM

BRASÍLIA

Campanha de castração de animais abre mil vagas

Interessados devem se cadastrar a partir de 6 de setembro. Cirurgias serão feitas em uma clínica credenciada no Gama

DA REDAÇÃO COM AG. BRASÍLIA - O Instituto Brasília Ambiental (Ibram) abrirá mil vagas para castração de animais na segunda campanha de 2017 do Programa de Manejo Populacional de Cães e Gatos do Distrito Federal.

Interessados devem se inscrever a partir das 10 horas de 6 de setembro no site do Ibram ou pessoalmente na sede do órgão (511 Norte). O prazo se encerra em 11 de setembro.

As cirurgias serão feitas em uma clínica credenciada no Gama. As vagas serão distribuídas em quatro grupos de regiões administrativas, e cada responsável poderá inscrever até dez animais. O cadastramento, no entanto, não é garantia de vaga.

Pessoas idosas ou beneficiários de programas sociais do governo de Brasília, que comprovem cadastro no Cadastro

Campanha de castração de animais

Grupos de regiões administrativas	Vagas
Fercal, Santa Maria, Itapoã, São Sebastião, Brazlândia, Estrutural/SCIA, Varjão, Paranoá e Recanto das Emas	370
Gama, Riacho Fundo I, Ceilândia e Sobradinho II	300
Planaltina, Candangolândia, Sobradinho I, Taguatinga, Samambaia e Riacho Fundo II	230
SIA, Jardim Botânico, Brasília, Park Way, Lago Norte, Vicente Pires, Guarã, Lago Sul, Águas Claras, Núcleo Bandeirante, Sudoeste/Octogonal e Cruzeiro	100

Documentação exigida para o cadastro

A cópia digitalizada da documentação exigida deve ser enviada em formato de PDF, caso a inscrição seja feita pela internet. Cada arquivo não pode exceder 1 MB. Se o cadastro for feito pessoalmente, é preciso levar o documento original e a cópia.

- RG e CPF (ou outro documento com os dois números, como a carteira de motorista)
- Comprovante de residência em nome próprio ou de algum parente (emitido no máximo 60 dias antes). Nesse caso, é preciso comprovar o parentesco
- Comprovação do CadÚnico ou do Bolsa Família, se for o caso

Exames complementares e anestesia inalatória

O Programa de Controle Populacional de Cães e Gatos no DF oferece de forma gratuita as operações de esterilização (ovário-salpingo-histerectomia para fêmeas e orquiectomia para machos), além de anestesia injetável.

Se forem necessários exames complementares ou anestesia inalatória, os custos devem ser arcados pelos tutores.

Único ou no Bolsa Família, terão prioridade.

Quem for selecionado receberá um e-mail com a confirmação. O tutor, então, deverá entrar em contato com a

clínica para agendar a cirurgia no prazo de 15 dias, caso contrário, perde a vaga.

Se for preciso remarcar o procedimento, o responsável deve

rá tratar diretamente com o consultório.

A previsão é que até o fim do ano ocorram outras duas campanhas, em outubro e em novembro.

ECONOMIA

Wilson de Paula é nomeado secretário de Fazenda do DF

Pedro Ventura/Ag.Brasília



Auditor-fiscal de carreira, o secretário de Fazenda, Wilson de Paula ocupava a chefia da pasta interinamente desde junho

O governador Rodrigo Rollemberg efetivou Wilson José de Paula como secretário de Fazenda. A nomeação está publicada na edição extra do Diário Oficial do DF dessa quinta-feira (31).

Wilson de Paula ocupava o cargo interinamente desde junho, quando o então titular da pasta, João Antônio Fleury, pediu exoneração.

O novo secretário é graduado em história pela Universidade de Brasília (UnB), pós-graduado em administração e política tributária pela Fundação Getúlio Vargas e é auditor-fiscal da Receita do DF desde 1995. De Paula também tem especialização em

finanças públicas pela Universidade de Bath, na Inglaterra.

De 2016 até junho de 2017, ele atuou como secretário-adjunto de Fazenda. Antes, já havia exercido outras funções na pasta, como subsecretário da Receita, em 2013.

Na Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do DF (Emater), presidiu o Conselho Fiscal.

O chefe do Executivo o escolheu para gerir a pasta responsável pelas finanças do DF por entender que Wilson de Paula é comprometido com a política fiscal e tem prestado bons serviços à cidade.

DA AG. BRASÍLIA

CULTURA

Programação do Centro de Dança será definida em parceria com organização da sociedade civil

Organizações da sociedade civil interessadas em elaborar a programação do Centro de Dança do Distrito Federal podem se candidatar por meio de chamamento público. As regras da concorrência foram publicadas no Diário Oficial do Distrito Federal desta sexta-feira (1º).

A instituição escolhida ficará responsável pela curadoria e coordenação das atividades adequadas ao perfil e às diretrizes do espaço. Assim, a entidade deverá elaborar propostas para pesquisa de linguagem, investigação do movimento, qualificação artística e aperfeiçoamento profissional.

Além disso, a instituição se comprometerá a elaborar atividades para disseminação do conhecimento, criação e inova-

Toninho Tavares/Ag.Brasília



Chamamento para interessados em elaborar a programação do Centro de Dança foi publicado nesta sexta-feira (1º), no Diário Oficial do DF

ção em dança. "A ideia é fazer do Centro de Dança um polo de excelência", explica a coordenadora

de Formulação de Políticas Públicas de Cultura, da Secretaria de Cultura, Lívia Frazão.

O edital prevê orçamento de R\$ 600 mil para a proposta vencedora. A parceria entre governo e

organização da sociedade civil terá duração de novembro de 2017 a setembro de 2018.

Para participar, é preciso comprovar inscrição no cadastro nacional de pessoa jurídica (CNPJ) há, no mínimo, dois anos. Também é necessário apresentar certidões negativas de débito com o governo de Brasília e com a União, além de documentos pessoais dos dirigentes.

A entrega das propostas deve ser feita de 1º de setembro a 2 de outubro, na sede da Secretaria de Educação, na SCN Via N2, Anexo do Teatro Nacional Cláudio Santoro, ou pelo e-mail centrodanca@cultura.df.gov.br. Para informações e esclarecimentos, os interessados podem ligar para (61) 3325-6268.

DF IMPLEMENTA POLÍTICA DE ESTÍMULO E VALORIZAÇÃO DA DANÇA

As diretrizes para fortalecimento da dança no Distrito Federal estão estabelecidas pela Portaria nº 250, publicada no Diário Oficial do Distrito Federal na quinta-feira (31).

A norma estabelece a Política de Estímulo e Valorização da Dança e é resultado de debate entre governo e representantes da área sobre as demandas para o setor.

Além disso, a portaria e firma o compromisso de incluir a dança nas políticas de fomento à cultura existentes e às que ainda serão criadas. "É um ato de governo fruto da participação social", defende Lívia Frazão.

MULTA DE R\$ 880

Consumidora é condenada por litigância de má-fé para receber indenização de operadora

É comum pedidos de indenização contra empresas de telefonia, por falha na prestação de serviços, cobrança ou negativação indevida

WANESSA RODRIGUES - Tem sido comum chegar ao Judiciário pedidos de indenização por danos morais contra empresas de telefonia, seja por falha na prestação de serviços, cobrança ou negativação indevida. Porém, nem sempre as reclamações têm fundamento ou são verdadeiras. Justamente por isso, juízes estão atentos a esses pedidos para que consumidores não utilizem de ações dessa natureza para enriquecimento ilícito. Foi o que ocorreu com uma consumidora de Aparecida de Goiânia. Ela foi condenada ao pagamento de multa R\$ 880 por litigância de má-fé por ter alterado fatos para tentar ser indenizada por operadora de telefonia.

A decisão foi dada pelo juiz Vanderlei Caires Pinheiro, da 2ª Vara Cível de Aparecida de Goiânia. Ao

analisar o caso da consumidora em questão, o magistrado entendeu que ela tentou alterar a verdade dos fatos, de forma maliciosa. “Diante da conduta da parte Autora, a condenação desta em litigância de má-fé é medida que se impõe, não podendo o Judiciário tolerar ações aventureiras que são intentadas com o objetivo de enriquecer ilícitamente”, disse. Na ação em questão, a consumidora relatou que, em junho de 2015, tomou conhecimento de que Oi S/A havia negativado o seu nome junto aos órgãos de proteção ao crédito. Afirmou que entrou em contato com a empresa para questionar o motivo da negativação, informando à mesma que jamais solicitou qualquer serviço e que nunca havia sido sua cliente. Ela ressalta que questionou sobre o endereço onde o serviço foi instalado, mas não obteve resposta.

A consumidora disse, ainda, que buscou resolver a situação administrativamente, contudo, a Oi não lhe ofereceu outra alternativa a não ser o pagamento das contas em atraso. Dessa

forma, requereu a antecipação dos efeitos da tutela para que seu nome seja retirado dos cadastros de inadimplentes, bem como que a empresa seja compelida ao pagamento de indenização pelos danos morais, além dos ônus sucumbenciais. A Oi informou que a consumidora fez adesão aos serviços de telefonia fixa novembro de 2014 e que o contrato foi cancelado em julho de 2015 em virtude de inadimplência. Disse que não há contrato assinado entre as partes, pois o mesmo foi firmado via sistema de call center. Confirmou o pedido e a instalação por meio de prints das telas de seu sistema interno, assim como mostrou ter entrado em contato com a mãe da consumidora para realizar a instalação. A mulher teria informado o endereço para a prestação do serviço.

DIVERGÊNCIAS

Ao analisar o caso, o magistrado salientou que, apesar de afirmar que o endereço que a empresa disse ter instalado o serviço não é o mesmo dela, a consumidora juntou aos autos con-

tracheque, de dezembro de 2015, no qual consta exatamente o mesmo endereço de todas as faturas geradas pela Oi. O juiz lembra que o contrato foi cancelado em julho de 2015. Por isso, ainda que a consumidora tenha se mudado, da análise das provas é possível chegar a conclusão de que o endereço não lhe é estranho.

O magistrado ressaltou que, ainda que o seu nome tivesse sido negativado indevidamente, por força da Súmula 385 do STJ, a consumidora não faria jus ao recebimento de qualquer valor a título de indenização. Isso porque, conforme documento, trata-se de devedora contumaz, possuindo pelo menos três negativções anteriores. “Por outro lado, tenho que a parte autora tentou alterar a verdade dos fatos, de forma maliciosa, vez que afirmou de forma categórica que nunca firmou contrato com a ré e, em total contradição com suas assertivas, trouxe aos autos contracheque onde constava o mesmo endereço que, inclusive, fora objeto de impugnação”, completou o magistrado.

OPERAÇÃO SACRILÉGIO

Padre é denunciado por violação sexual mediante fraude e posse de fotos pornográficas

O promotor de Justiça Danni Sales Silva, da 1ª Promotoria de Anicuns, ofereceu duas denúncias criminais nesta semana contra o padre Iran Rodrigo Souza de Oliveira, preso no dia 16 deste mês, em Caiapônia, na Operação Sacrilégio, deflagrada com o objetivo de investigar acusações de abuso sexual contra o religioso. Desde a data da operação, o padre está detido na unidade prisional de Anicuns.

Nas duas denúncias, o religioso é acusado pelos crimes de violação sexual mediante fraude (artigo 215, caput, do Código Penal) contra três vítimas, duas adultas e uma delas com 14 anos na época dos fatos (hoje tem 17), cometidos mais de uma vez. A prática do crime previsto no artigo 241-B do Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), de adquirir, possuir ou armazenar, por qualquer meio, fotografia, vídeo ou outra forma de registro que contenha cena de sexo explícito ou pornográfica envolvendo criança ou adolescente, é apontado em apenas uma das peças acusatórias, a que inclui a situação envolvendo a adolescente.

Os fatos relatados nas denúncias tratam de delitos ocorridos nos municípios de Americano do Brasil e Adelândia, que são distritos judiciários da comarca de Anicuns. No aprofundamento da investigação e na coleta de depoimentos, o promotor conseguiu identificar indícios de possíveis crimes cometidos pelo religioso em outras três cidades, pelo menos: Caldas Novas, Aragarças e Caiapônia, por cuja paróquia Iran Rodrigo respondia nos últimos anos. Tendo em vista a restrição na sua atribuição para apurar os fatos nesses locais, Danni Sales encaminhou cópia do procedimento investigatório para as promotorias dessas comarcas.

SANTIFICAÇÃO

As violações detalhadas nas denúncias foram cometidas, conforme o relato do integrante do Ministério Público de Goiás, a partir de um ardil utilizado pelo padre para seduzir e convencer as vítimas a aceitar os contatos físicos e o abuso. Esse estratagem consistia numa espécie de ritual de “cura e santificação”, pelo qual o religioso prometia às

jovens resolver problemas de saúde e até mesmo recuperar a virgindade. Para obter essa santificação, as jovens precisavam ficar nuas e aceitar o toque das mãos e aceitar o toque das mãos do padre em várias partes de seu corpo – seios, nádegas e também na vagina. O toque na vagina, segundo afirmado às vítimas, teria como finalidade exatamente “santificar” o local para a recuperação da virgindade.

No caso da adolescente abusada aos 14 anos, o processo de “purificação” incluiu ainda a troca de mensagens por aplicativo de celular nas quais o religioso a orientava a seguir um outro ritual, após o qual deveria lhe enviar, pelo celular, fotos de seu corpo nu, incluindo da vagina, visando comprovar a “santificação”. Essas conversas pelo aplicativo foram comprovadas a partir de uma interceptação telemática efetuada pelo MP.

O relato de uma das denúncias menciona o caso de uma vítima que trabalhou com o acusado na antiga Casa das Freiras, hoje Casa Paroquial, em Adelândia, e que foi abusada por ele em outubro e dezembro de 2010 e, depois, em janei-

ro de 2015. No caso dessa jovem, o promotor aponta na peça acusatória que ela passou pelo ritual de “santificação” com as mãos, para se curar de um suposto problema no ovário que lhe causaria fortes dores de cabeça (“diagnóstico” do denunciado), mas também foi induzida fraudulentamente a aceitar a relação sexual (conjunção carnal) com o religioso, o que teria ocorrido em sua casa, em Adelândia, em 2015.

Em depoimento ao promotor, Iran Rodrigo sustentou possuir o dom de cura pelas mãos e confirmou ter tocado nas vítimas. A denúncia, porém, argumenta que o acusado agiu de forma dolosa e com o objetivo de saciar seu desejo sexual e sublinha que os fatos atentaram contra a dignidade sexual das vítimas.

Em manifestação anexa às denúncias, Danni Sales destaca que os aparelhos apreendidos na casa do religioso em Caiapônia estão sendo analisados pela equipe do Centro de Inteligência do MP e que, assim que o laudo técnico e o relatório pericial forem concluídos, serão juntados aos autos.

ROTA JURÍDICA

Plantão policial

Caldas Novas

Polícia Civil de Caldas Novas cumpre mandado de busca e apreensão



Na tarde da última quinta-feira, 31/08, Policiais Civis de Caldas Novas deram cumprimento a um mandado de busca e apreensão na residência de Maycon Silva Paula, 18 anos.

Maycon é apontado como autor de uma tentativa de homicídio em desfavor de G.H.T.S, 19 anos, e suspeito de realizar comércio ilegal de armas de fogo e munições.

Na residência do jovem foram encontrados

um revólver 32, uma pistola Rugger calibre 380, munições de calibres diversos, drogas, balança de precisão, anotações relativas à venda do material ilícito, bem como contatos de seus fornecedores, todos de Foz do Iguaçu-PR, o que, pela proximidade, sugere que o armamento é oriundo do Paraguai.

Maycon se encontra recolhido no presídio local, à disposição da justiça. POLÍCIA CIVIL

Inhumas

Bombeiros combatem incêndio



A CIBM de Inhumas foi acionada para combater um incêndio em um equipamento que processa cebo de um frigorífico. Quando a Guarnição de incêndio e resgate chegou ao local se deparam com o incêndio já em grandes

proporções.

Utilizando técnicas de combate a Incêndio, o mesmo foi controlado. Uma vítima também foi transportada por terceiros apresentando queimaduras de terceiro grau.

ROTA POLICIAL

Goiatuba

Mais três traficantes presos na cidade pela Polícia Civil

A Delegacia de Polícia Civil de Goiatuba, em continuidade ao combate ao tráfico de drogas prendeu em flagrante na data de Quinta (31/08/2017), Ueilisson Augusto Santos Silva, 26 anos, Bruno Henrique da Silva Santos, 18 anos e Joice Silva Pereira, 21 anos, pelos crimes de tráfico e associação para o tráfico de drogas.

Policiais Civis, após a prisão de Angélica Batista Alves Costa, presa em flagrante pela prática do crime de tráfico de drogas, fato ocorrido no dia 29/08/2017, deram continuidade as investigações, tendo logrado êxito em identificar os indivíduos e o local onde as drogas eram

armazenadas, tendo sido apreendido então no local na posse das pessoas acima qualificadas, 02 (dois) tabletes de “maconha” e 02 (duas) porções grandes de “cocaína, além de uma balança de precisão. Ueilisson Augusto Santos Silva, Bruno Henrique da Silva Santos e Joice Silva Pereira foram indiciados pelos crimes de tráfico e associação para o tráfico de drogas, inserto no artigo 33 e 35 da Lei 11.343/06, (Somadas as penas podem chegar de 08 a 25 anos de reclusão).

Após procedimentos, os autuados encontram-se recolhidos na Unidade Prisional de Goiatuba, onde ficará à disposição da Justiça. POLÍCIA CIVIL

Aline Riscado posta foto com o filho: "Amor maior do mundo"

A modelo Aline Riscado compartilhou uma foto em seu Instagram ao lado do filho Nathan, de 6 anos, nesta quinta (31).

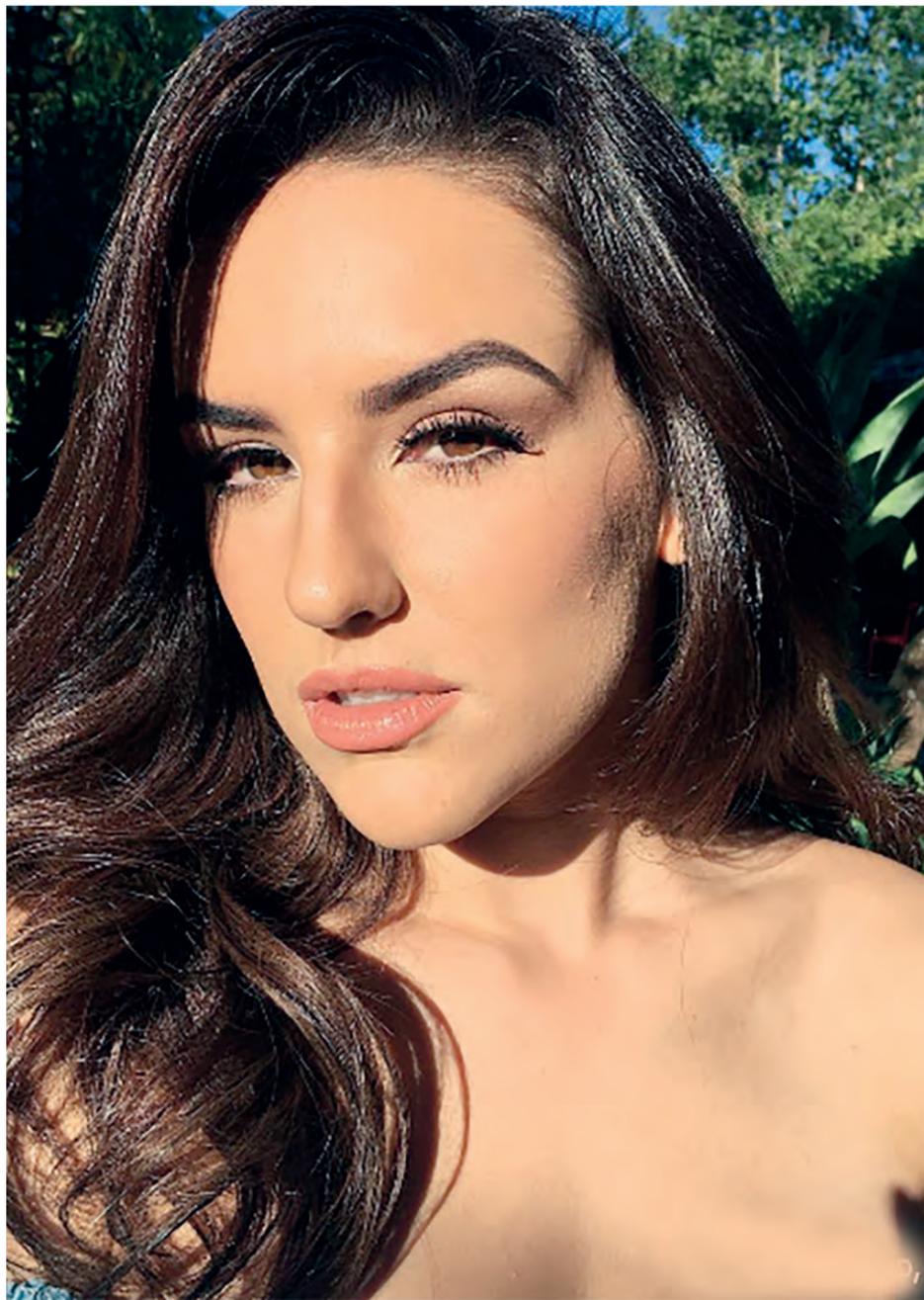
"Amor maior do mundo!", escreveu na legenda.

Nathan é filho de Aline com o empresário Rodrigo Riscado, com quem foi casada por sete anos. Atualmente a modelo namora o ator Felipe Roque.

"Como parece com você!", comentou uma fã. "A cara da mãe, lindos!", elogiou outro seguidor.



Kéfera revela: "Pensava que tinha que casar antes dos 30"



Fenômeno nas redes sociais, a youtuber Kéfera, 24, revelou que ela já acreditou que a vida era um "conto de fadas" e que deveria se casar antes de chegar aos 30 anos de idade.

A autora do livro "Querido Dane-se", disse que tem algumas semelhanças com a Sara, a protagonista da sua história que será lançada em breve. "Sara

toma um pé na bunda do namorado e se desespera porque acha que tem que se casar antes dos 30 anos. Até pouco tempo atrás, eu também pensava que tinha que me casar antes dessa idade. Quando percebi que a vida não tem que ser um conto de fadas da Disney me veio a ideia do livro", explicou a famosa.

Apesar de ser adepta

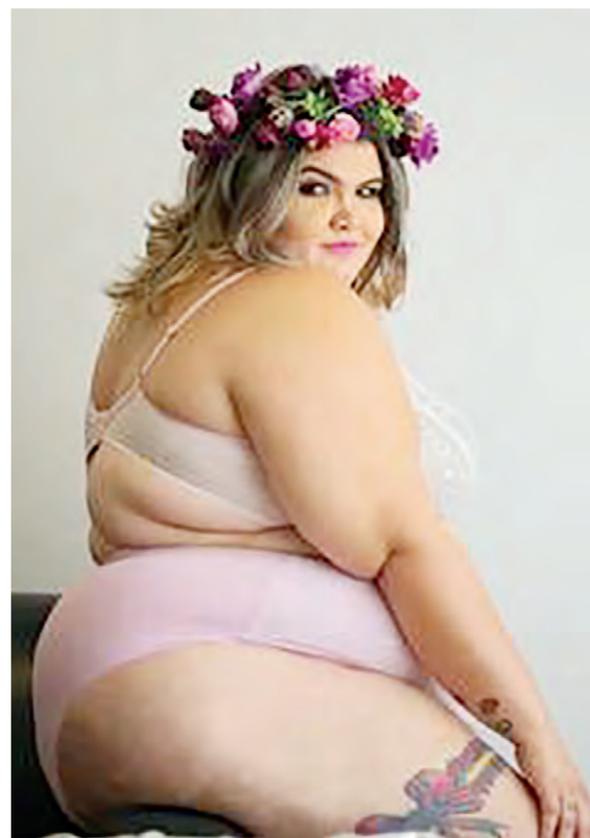
das novas tecnologias e do mundo virtual, Kéfera também disse que adora ler livros feitos da maneira antiga, de papel. "Gosto do cheiro, de pegar e folhear. É bom estimular o prazer da leitura. Hoje em dia é tudo tão digital que se sentar para ler um livro virou realmente um momento único", falou ela que sonha em levar a sua obra para as telonas.

Bailarina plus size de Anitta posa para ensaio sensual: "Mostro minha autoestima elevada"

Thais Carla, 25, bailarina plus size da cantora Anitta, 24, possui recentemente para um ensaio sensual provando mais uma vez que segue com uma autoestima invejável. Em conversa com a revista "Nova Eva Magazine", a dançarina comentou sobre o preconceito que sempre sofreu por conta do seu peso.

"A vida toda diziam para eu fazer outra coisa, que era ridículo uma dançarina gorda. Mas eu não estou 'vendendo' gordura ao dançar, eu mostro para todos a minha elevada autoestima, o meu amor próprio. E ser gorda não significa não se cuidar, eu trato dos meus cabelos, da minha pele, adoro fazer crossfit, estou sempre em movimento. Estou feliz por ter seguido com o meu sonho", declarou ela.

Além de estar satisfeita com seu corpo, Thais ainda vive um ro-



mance com um fotógrafo que já dura 3 anos. "Deu certo, um amor muito louco. A gente se viu e percebeu que tinha muito em comum. Ainda

ouvimos coisas desagradáveis quando estamos juntos na rua, como: 'Tá com ela por interesse. Ela deve ter dinheiro'", desabafou a artista.



Unicaldas
Faculdade de Caldas Novas

PROCESSO SELETIVO

CONTINUADO

2017 / 1



CONVÊNIO:



Inscrições abertas: Agentes credenciados;
site www.unicaldas.edu.br (64) 3453-7880 / 3513-9208

Agende a melhor data e faça sua prova!

Provas:
De Segunda a Sexta-Feira
das 14h às 19h

IBGE

Desemprego volta a cair e vai a 12,8%, influenciado pela informalidade

Influenciada pelo aumento da informalidade no mercado de trabalho, a taxa de desemprego do país caiu 0,8 ponto percentual

MARIANA FARIA/ABR - Influenciada pelo aumento da informalidade no mercado de trabalho, a taxa de desemprego do país caiu 0,8 ponto percentual, em relação ao trimestre encerrado em abril e fechou o período maio a julho deste ano em 12,8%.

Os dados fazem parte da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua (Pnad Contínua) divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que indica ainda que o país tem 13,3 milhões de desempregados.

No trimestre imediatamente anterior, encerrado em abril, a taxa de desemprego havia sido de 13,6%. Na comparação com o mesmo trimestre móvel do ano anterior, houve alta de 1,2 ponto percentual na desocupação.

Os dados representam uma queda de 5,1% no desemprego frente ao trimestre anterior (menos 721 mil pessoas). Mas em relação a igual trimestre 2016, o desemprego cresceu 12,5% (mais 1,5 milhão de pessoas).

A população ocupada

do país em julho era de 90,7 milhões de pessoas, aumento de 1,6% em relação ao trimestre encerrado em abril. O dado atual não apresenta alteração em relação ao mesmo trimestre de 2016.

INFORMALIDADE

Segundo o IBGE, no contexto da crise econômica e da consequente falta de oferta de empregos formais, a maioria dos 721 mil brasileiros que deixaram a fila do desemprego no trimestre encerrado em julho o fizeram via informalidade.

“O aumento aconteceu, principalmente, entre os empregados sem carteira assinada, contingente que respondeu por mais 468 mil novos empregos, e entre os trabalhadores por conta própria, que respondeu pelo ingresso de mais 351 mil pessoas no mercado”, diz o IBGE. Já a população com carteira assinada manteve-se estável em 33,3 milhões”, diz a nota do IBGE.

O IBGE registrou nível de ocupação (indicador que mede o percentual de pessoas ocupadas na população em idade de trabalhar) estimado em 53,8% no trimestre de maio a julho de 2017, apresentando um aumento de 0,6 ponto percentual frente ao trimestre prévio. Em relação a

igual trimestre do ano anterior, houve queda de 0,5 ponto percentual.

Em comparação com o mesmo trimestre de 2016, o número de empregados com carteira assinada caiu 2,9%, chegando a 33,3 milhões de pessoas. Segundo o coordenador de Trabalho e Rendimento do IBGE, Cimar Azeredo, a comparação mostra tendência à informalidade no mercado de trabalho.

Para Azeredo, o aumento de 15,2% no número de pessoas trabalhando com alimentação é um dos indícios. “Em um ano, o grupamento alojamento e alimentação teve um aumento de 683 mil pessoas. Esse acréscimo foi, mais especificamente, relacionado à alimentação. Esse é um grupamento voltado, principalmente, às pessoas que, para fugir da desocupação, estão fazendo comida em casa e vendendo na rua”, explicou.

Na visão do coordenador, que se vê hoje no país “é um processo de recuperação em termos quantitativos, mas a qualidade deste trabalho é questionável, já que ela se dá no mercado informal”.

O setor público também influenciou a queda do desemprego, com aumento das contratações, principalmente nas

prefeituras. As oportunidades no setor público chegaram a responder por mais da metade dos novos empregos do trimestre – o equivalente a 423 mil vagas.

CARTEIRA ASSINADA

A influência da informalidade sobre o aumento do emprego também pode ser constatada quando se analisa o comportamento do emprego formal neste último trimestre encerrado em maio.

Apesar da estabilização do número de carteiras de trabalho assinadas em relação ao trimestre anterior (de 33 milhões de pessoas), a comparação com o mesmo trimestre de 2016 mostra queda de 2,9% – o que representa equivalente menos 1 milhão de pessoas com carteira assinada. Já o número de empregados sem carteira assinada cresceu 4,6% na mesma base de comparação (mais 468 mil pessoas), chegando a 10,7 milhões de pessoas. Em um ano, o aumento foi de 5,6% (mais 566 mil pessoas). O contingente de trabalhadores por conta própria, por sua vez, fechou julho em 22,6 milhões de pessoas, uma alta de 1,6% na comparação trimestral (mais 351 mil pessoas), permanecendo estável na comparação anual.

AGRONEGÓCIOS

Próxima safra deve ser plantada sob neutralidade climática



Sendo uma atividade altamente dependente dos fatores climáticos, a agricultura pode ser afetada pelas mudanças do clima de diversas formas, como na alteração da produção do número de grãos por dia, devido às alterações na temperatura do ar, maior ocorrência de pragas e doenças, entre outras. Por isso, uma das atuais preocupações do produtor brasileiro se refere ao clima dos próximos meses, que pode comprometer a safra 2017/2018. Mas, de acordo com boletim divulgado pela Agência Americana de Meteorologia e Oceanografia (NOAA), graças a uma neutralidade climática, os profissionais do campo terão um maior controle de quando as chuvas irão ocorrer.

Em entrevista a Web Rádio Agromundi, o engenheiro agrônomo, doutor em agrometeorologia e analista no Instituto Nacional de Meteorologia (INMET), Marco Antônio dos Santos, explicou que, devido a essa neutralidade climática, que deve se estender até o início do ano que vem, o Brasil não sofrerá com nenhum tipo de fenômeno, atuando de forma drástica nas plantações. “Como consequência desse evento, teremos chuvas chegando dentro da normalidade e de forma previsível. Assim, o produtor já pode iniciar a programação do seu plantio, sem se preocupar com atrasos significativos”, declarou.

Mas os agropecuaristas brasileiros ainda precisam ficar atentos a alguns fatores, em especial às alterações que irão ocorrer na virada de estação, que acontece no

final do mês de setembro e início de outubro. “Durante esse período, a tendência é de que as chuvas fiquem concentradas na região Sul, em estados como Paraná e Rio Grande do Sul. Com isso, as frentes frias podem acabar subindo para as regiões mais centrais, provocando pancadas de chuva irregulares. Mas de uma coisa os agricultores podem ter certeza: nesse ano as chuvas não se atrasarão como aconteceu em anos anteriores”, afirmou Marco Antônio.

EL NIÑO E LA NIÑA

O cenário de neutralidade climática, que será visto no Brasil ao longo dos próximos meses, está diretamente relacionado a dois fenômenos climáticos que não serão formados em breve. O primeiro deles é conhecido como El Niño, se tratando do aquecimento anormal das águas superficiais no Oceano Pacífico Tropical, alterando os padrões de vento e, consequentemente, a ocorrência de chuva em regiões tropicais e de latitude média. O segundo, chamado de La Niña, também é um fenômeno oceânico-atmosférico, mas com atributos opostos ao anterior, causando um resfriamento anormal nas águas, mas também mudando o regime de chuvas.

Para mais informações sobre o como o clima poderá influenciar a produção agrícola no Brasil e ouvir a entrevista completa com Marco Antônio dos Santos, basta acessar o portal Agromundi (<http://www.agromundi.com.br/>), e clicar na aba “Podcast”.

JOÃO BARBOSA

MEDIÇÃO

Pequenos credores da Oi poderão negociar parte dos créditos

A Justiça do Rio de Janeiro determinou que os mais de 60 mil pequenos credores da operadora de telefonia Oi, que está em recuperação judicial, poderão negociar parte dos seus créditos no processo de mediação, sem abrir mão do direito de votar ou ser representado legalmente na Assembleia Geral dos Credores da empresa.

A medida é resultado de uma decisão de desembargadores da 8ª Câmara Cível, que julgaram cinco recursos de um grupo de grandes credores da Oi, composto por instituições financeiras, estatais e privadas.

O Banco do Brasil, a Caixa Econômica Federal, o Banco Nacional de Desenvolvimento Social (BNDES), o Banco Itaú, o BNP Paribas, além de

Imagens ilustrativas



outras instituições, haviam recorrido contra a decisão do juízo da 7ª Vara Empresarial do Tribunal de Justiça do Rio que propôs a mediação para que credores menores pudessem receber adiantamento de seus créditos no valor de R\$ 50 mil. A antecipação não implicaria em perda de direitos sobre outros valores nem de voto ou

representação na Assembleia Geral dos Credores.

A 8ª Câmara Cível rejeitou os recursos dos grandes credores. Ao Banco Itaú e ao BNP Paribas, que encabeçava outras instituições, foi dado parcial provimento ao recurso, estipulando que os credores que aderirem à mediação possam participar pessoalmente ou por repre-

sentação por meio de seus mandatários livremente escolhidos e esses credores poderão se manifestar a favor ou contra o plano de recuperação da operadora.

CASSAÇÃO

A Oi entrou em recuperação judicial em junho do ano passado e, na época, informou que tinha R\$ 65,4 bilhões com credores. A Agência Nacional de Telecomunicações (Anatel) começou a analisar a abertura de processos que podem levar à cassação da concessão da operadora. Caso a abertura dos processos seja aprovada pelo conselho, eles serão instaurados e a empresa poderá demonstrar a viabilidade de seu plano de recuperação e apresentar sua defesa.

PERIGO

Vacinação em queda no Brasil preocupa autoridades por risco de surtos e epidemias de doenças fatais

Desde 2013, a cobertura de vacinação para doenças como caxumba, sarampo e rubéola vem caindo ano a ano em todo o país

KEILA GUIMARÃES/BBC - O Brasil é reconhecido internacionalmente por seu amplo programa de imunização, que disponibiliza vacinas gratuitamente à população por meio do Sistema Único de Saúde (SUS). Criado em 1973, o Programa Nacional de Imunização (PNI) teve início com quatro tipos de vacina e hoje oferece 27 à população, sem qualquer custo. Nem mesmo a crise econômica afeta o bilionário orçamento da iniciativa, estimado em R\$ 3,9 bilhões para 2017.

No entanto, a cobertura vacinal no país está em queda. Números do PNI analisados pela BBC Brasil mostram que o governo tem tido cada vez mais dificuldade em bater a meta de vacinar a maior parte da população. Um exemplo é a poliomielite: a doença, responsável pela paralisia infantil, está erradicada no país desde 1990.

Em 2016, no entanto, o país registrou a pior taxa de imunização dos últimos doze anos: 84% no total, contra meta de 95%, recomendada pela Organização Mundial de Saúde (OMS). Os dados de 2016 são parciais até outubro, mas emitidos após a campanha nacional de multivacinação, finalizada em setembro.

Para o governo, é cedo para dizer se há tendência de queda real ou se são oscilações por mudanças em curso no sistema de notificação - porém, os números já preocupam. "Ainda é muito precoce para dizer se há oscilação real, mas estamos preocupados, sim. O sinal amarelo acendeu," afirma Carla Domingues, coordenadora do Programa Nacional de Imunização.

OS RISCOS

O que o governo mais teme é que a redução de pessoas vacinadas crie bolsões de indivíduos suscetíveis a doenças antigas e controladas no país. Em um grupo como esse, a presença de apenas uma

EPA



pessoa infectada poderia causar um surto de grandes proporções.

Foi o que houve nos Estados do Ceará e Pernambuco entre 2013 e 2015. Após quase dez anos com cobertura de vacinação acima de 95% contra sarampo, caxumba e rubéola, em 2013 houve forte queda na cobertura de pessoas vacinadas nos dois Estados, seguida por um surto de sarampo que teve início no Pernambuco e se alastrou para 38 municípios do Ceará.

Ao todo, foram 1.277 casos nos dois Estados. Antes do surto, o Brasil não registrava um caso autóctone de sarampo desde 2000. Casos isolados desde então eram importados de outros países.

Em 1997, antes desse surto, a chegada em São Paulo de um único bebê infectado com sarampo, vindo do Japão, causou uma epidemia de proporções subcontinentais. O vírus infectou 53.664 pessoas no Brasil e se alastrou para países da América do Sul, deixando dezenas de mortos. Dois anos antes, uma extensa campanha de vacinação contra o sarampo havia ficado abaixo da meta de 95% em todo o país - no Sudeste, atingiu apenas 76,91%.

"Quando há queda nas taxas de imunização você vai criando um grupo de pessoas suscetíveis. Esse grupo vai crescendo ao longo do tempo, até chegar ao ponto em que a importação de um único caso gera uma epi-

demia", explica Expedito Luna, médico e professor de epidemiologia do Instituto de Medicina Tropical da Universidade de São Paulo (USP).

"Nós sabemos que é muito difícil atingir a totalidade de 100% das crianças vacinadas. Mas ao chegar próximo a esse nível, a chance de epidemia é muito pequena, mesmo na presença de um agente infeccioso", diz.

MOVIMENTO ANTIVACINA

De acordo com Carla Domingues, há diversos fatores que podem estar por trás dos números em queda e um deles pode ser a recusa, que tem aumentado nos últimos anos, de pais em vacinar seus filhos. "Os dados de 2016 mostram menor cobertura vacinal para a poliomielite. Pode ser por fatores sazonais, mas a resistência das pessoas é algo que está nos chamando a atenção," diz.

Com mais vacinas disponíveis, algumas famílias optam por quais aplicar em seus filhos. Outras preferem evitar a vacinação das crianças, por julgá-las saudáveis. Há ainda os que preferem evitar que os filhos sejam vacinados por razões religiosas, ou os que temem reações adversas - na Grã-Bretanha, por exemplo, houve um intenso debate no final dos anos 90 quando um médico sugeriu, em um estudo, uma ligação entre a vacina tríplice viral e casos de autismo.

Essa decisão indivi-

dual - de vacinar os filhos ou não - acaba impactando o número de pessoas protegidas contra doenças transmissíveis, mas preveníveis, e criando grupos suscetíveis.

Grupos antivacina são tão antigos quanto os programas de imunização, iniciados no século 19, quando reações adversas eram mais frequentes. No Brasil, especialistas acreditam que os grupos são menos expressivos que na Europa e nos Estados Unidos, mas notam que há relatos cada vez mais frequentes de pais que optam por não vacinar seus filhos, principalmente entre os mais ricos. Essa decisão explica porque esse grupo tem as menores taxas de cobertura vacinal, juntamente com os mais pobres, mas por razões distintas.

"Pessoas de estratos econômicos mais elevados, alimentadas por informações não científicas, acabam selecionando quais vacinas querem tomar e alguns até abdicam de tomar todas. Por outro lado, você tem dificuldade nos grupos mais pobres, uma dificuldade de acesso aos serviços de saúde", afirma José Cassio de Moraes, professor do Departamento de Medicina Social da Faculdade de Ciências Médicas da Santa Casa de São Paulo, que publicou em 2007 um estudo comparando as taxas de cobertura entre as duas populações.

Para impulsionar a imunização e atingir as metas da OMS, o gover-

no tem trabalhado nas escolas, em parceria com o Ministério da Saúde, para atingir crianças e jovens e lembrar as famílias sobre a importância de evitar o retorno de doenças antigas.

"A minha filha não viu amigos com poliomielite. Mas, na minha época, a primeira fileira na sala de aula era deixada para alunos com pólio", relembra a coordenadora do PNI. "A minha geração tinha pânico de ser contaminada, já hoje as pessoas não veem a doença e ficam mais relaxadas. Mas as crianças hoje são saudáveis porque seus avós e pais foram vacinados no passado", afirma.

"O mecanismo que faz com que vacina seja importante é a prevenção - ela não é curativa, ela é preventiva. Ela é dada no paciente saudável, para que possa criar anticorpos que o permitam responder à doença se houver contato com a bactéria ou vírus. A resposta não deve ser apenas quando há doença circulando, mas de maneira preventiva", ressalta.

DESABASTECIMENTO E RECURSOS ESCASSOS

Além do fator comportamental, problemas com o abastecimento de vacinas essenciais e municípios com menos dinheiro para gerir os programas de imunização também são apontados como fatores importantes.

Desde 2015, o país registra o desabastecimento de diversas vacinas. Do início de 2016 até junho desse ano, houve acesso limitado à vacina pentavalente acelular, que protege contra difteria, tétano, coqueluche, meningite provocada pela bactéria *Haemophilus influenzae* tipo b e poliomielite. Também houve dificuldades com a BCG, que protege contra a tuberculose e é a primeira vacina dada ao recém-nascido.

Em julho, o Ministério da Saúde afirmou que a oferta da pentavalente havia sido regularizada, mas classificou como "crítico" o abastecimento das vacinas tríplice viral, tríplice bacteriana acelular infantil (DTPa) e

rotavírus, todas parte do calendário de vacinação nacional. Para a DTPa, a previsão é que o abastecimento seja regularizado neste segundo semestre, enquanto as demais seguem sem expectativa de normalização.

Para Luna, a falta de vacinas nos postos de saúde, mesmo por alguns dias, pode afetar a cobertura. "A mãe pode não voltar," diz. Já a escassez de recursos nos municípios, responsáveis pelos programas de vacinação, diminuiu horários disponíveis para vacinação e reduziu o número de salas em que o serviço é feito, o que impacta na cobertura.

"Sabemos que há municípios que tinham várias salas de vacina e concentraram em apenas uma. Será que isso piorou o acesso da população? Será que há profissionais o suficiente para vacinar, para evitar filas? Precisamos ver se não estamos burocratizando o processo de vacinação, o que dificulta o acesso," afirma Moraes.

Ele defende um estudo profundo do Ministério da Saúde para compreender a queda nos índices de imunização e evitar que o país retroceda nesse quesito e enfrente consequências graves. A Europa é um exemplo dessas eventuais consequências. Apesar do alto nível socioeconômico, um surto de sarampo já infectou 14 mil pessoas neste ano, e a doença é considerada endêmica em 14 países da região, incluindo Alemanha, França e Romênia. Só nesse último, foram 31 mortes desde 2016. As taxas em queda de vacinação são um dos principais fatores para o surto.

"Há um fluxo de pessoas que visitam a Europa que podem retornar e trazer o sarampo de volta ao Brasil. Se encontrar um bolsão de pessoas suscetíveis aqui, pode haver uma epidemia, essa é uma doença altamente contagiosa", alerta Moraes. "Não podemos perder nossas conquistas e essas são muito fáceis de perder. Progredir e manter o progresso é que é difícil."

INTERNACIONAL

Oferta de esporte deveria ser obrigatória em universidades, defende confederação

Divulgação/Felipe Chagel/CBDU



Brasileiros desfilam na abertura da Universiade de Taipei

Para a CBDU, todas as instituições de ensino superior deveriam ser obrigadas a oferecer atividades esportivas aos seus alunos

VINICIUS LISBOA/ABR - O curso pode ser matemática, direito ou filosofia, mas, para a Confederação Brasileira do Desporto Universitário (CBDU), todas as instituições de ensino superior deveriam ser obrigadas a oferecer atividades esportivas aos seus alunos. Na opinião do presidente da confederação, Luciano Cabral, o debate é necessário como parte da inclusão do esporte na educação brasileira.

“A CBDU acha um absurdo instituições de ensino serem autorizadas a atuar sem ter equipamento esportivo proporcional ao número de alunos. Isso não ser obrigatório é negar o esporte dentro do ambiente educacional”, defendeu Cabral, que retorna hoje (1º) ao Brasil, depois de ter acompanhado a Univer-

sidade de Taipei. “Precisamos formar o atleta e corrigir o equívoco cultural que temos no país de que o esporte e a educação não estão associados”.

Na visão do presidente da confederação, os alunos não devem ser obrigados a incluir o esporte em seu calendário acadêmico, mas as opções devem estar disponíveis, o que ajudaria no desenvolvimento do esporte universitário no país. As estruturas podem ser desde uma equipe de xadrez até um ginásio poliesportivo, já que a obrigatoriedade defendida pela CBDU deveria levar em conta o tamanho da instituição.

Uma das estratégias da CBDU para promover esse debate foi a candidatura de Brasília para sediar a Universiade de 2019. O Distrito Federal chegou a ser escolhido como sede em 2013, mas renunciou à candidatura no fim de 2014, o que transferiu o evento para Nápoles, na Itália. Segundo a Federação Internacional do Esporte Universitário, a decisão foi justificada por dificuldades financeiras.

“O brasileiro precisa descobrir a Universiade, saber que 70% das medalhas olímpicas passam por ela”.

PARTICIPAÇÃO DO BRASIL

Cabral avaliou positivamente a participação do Brasil na Universiade de 2017, disputada em Taipei entre 19 e 30 de agosto. O país terminou na 28ª colocação no quadro geral de medalhas, mas aumentou o número de pódios em relação às três edições anteriores. Para o presidente da CBDU, mesmo onde não houve pódios, houve avanços.

“Temos uma quantidade enorme de atletas que chegaram às finais no atletismo e da natação. Nós avançamos muito. Onde não conquistamos medalhas, nos posicionamos muito acima dos últimos resultados”.

A delegação recorde de 181 atletas tinha 19 que participaram da Olimpíada do Rio de Janeiro. Alguns imprevistos, porém, prejudicaram o resultado: Maicon Andrade se machucou e

não conseguiu disputar a final no taekwondo; Allan do Carmo e Viviane Jungblut passaram mal com a alta temperatura da água e perderam posições no fim da maratona aquática; e Aldeimir Gomes foi desclassificado da final dos 200 metros rasos após árbitros identificarem que ele tinha pisado na faixa durante a semifinal.

Além das finais disputadas, o presidente da CBDU destacou o ouro do futebol feminino - o primeiro em 12 anos - e o desempenho do judô, que conquistou sete medalhas. Para Cabral, o Brasil foi à Universiade com uma geração formada nos preparativos para a Rio 2016, que “já não se deslumbra com grandes eventos”.

“O grande desafio é manter isso para o futuro, continuar avançando. Precisamos buscar outros estímulos. Todo mundo tem que discutir isso, confederações, ministério. Os resultados não podem cair depois da Olimpíada. Alguns países cometeram esse erro, e não podemos cometer também”.

SELEÇÃO

Campeão das Eliminatórias, Brasil domina todas as estatísticas e liderança mesmo sem pontos de Dunga

Pedro H. Tesch



A vitória por 2 a 0 em cima do Equador valeu ao Brasil o título, ainda que simbólico, das Eliminatórias da Copa do Mundo na América do Sul. Mas as façanhas da seleção de Tite vão muito além. O triunfo em Porto Alegre fez dos brasileiros os primeiros a ganhar nove partidas consecutivas na história da competição - todos os 27 pontos em sequência foram conquistados sob o comando de Tite.

Quer outra marca impressionante? Mesmo se fossem excluídos os nove pontos conquistados pelo Brasil com Dunga (nas seis rodadas iniciais), o Brasil seria líder das Eliminatórias com 27 pontos, contra 25 da Colômbia e 24 do Uruguai.

Para completar, os brasileiros dominam todas as

estatísticas das Eliminatórias com imensa folga. São 27 gols de saldo, o que ajuda a explicar por que outras quatro seleções têm saldo negativo. As demais aparecem com saldo positivo, mas bem minguido: Uruguai com nove gols, Colômbia com três, Chile com dois e Argentina e Equador com um.

O ataque do Brasil é o melhor com 37 gols, com 11 de vantagem para os uruguaios. Já a defesa é a menos vazada, com dez gols, contra 14 dos argentinos.

O Brasil só não tem o artilheiro das Eliminatórias, já que o uruguaio Cavani surge em primeiro, com nove, seguido pelo equatoriano Caicedo, com sete. Neymar, que passou em branco diante do Equador, é o terceiro, com seis gols.

JORGE NICOLA/YAHOO

FAÇANHAS BRASILEIRAS NAS ELIMINATÓRIAS:

- 1ª seleção a ganhar nove jogos seguidos nas Eliminatórias
- melhor ataque: 37 gols
- defesa menos vazada: 10 gols
- maior saldo: 27 gols

Melhores ataques:

- 1º Brasil: 37 gols
- 2º Uruguai: 26
- 3º Chile: 24

Melhores defesas:

- 1º Brasil: 10 gols
- 2º Argentina: 14
- 3º Colômbia: 15

Maiores saldos de gols:

- 1º Brasil: 27 gols

- 2º Uruguai: 9
- 3º Colômbia: 3

Recordes após o jogo com o Equador:

- Coutinho se tornou o 2º brasileiro a marcar gols em quatro partidas seguidas (Neymar havia sido o primeiro)
- Paulinho participou de sete dos últimos 11 gols do Brasil nas Eliminatórias (cinco gols e duas assistências)
- Gabriel Jesus soma cinco gols e quatro assistências em sete jogos nas Eliminatórias
- O Brasil venceu as dez partidas em casa contra o Equador pelas Eliminatórias

DESPERDÍCIO

SUS joga fora R\$ 16 milhões em medicamentos de alto custo

Fotos: Divulgação

Quando descobriu, em 2008, que sofria de doença de Crohn, não foi só o diagnóstico que preocupou o servidor público Raimundo Gonçalves

ANDRÉ SHALDERS/BBC - Com a descoberta da doença, ele soube que precisaria tomar, a cada dois meses, cinco doses do medicamento Remicade. Cada ampola do remédio custa até R\$ 5,1 mil. Logo, aos 63 anos, Moreira gastaria R\$ 25,5 mil a cada 60 dias para manter o tratamento, um custo considerado impraticável por ele. "Se eu tivesse que comprar, teria morrido há muito tempo", conta.

A vida de Moreira e de muitos outros brasileiros têm sido mantida graças a um programa do Ministério da Saúde chamado Componente Especializado da Assistência Farmacêutica (CEAF), que distribui medicamentos de alto custo - alguns deles ainda mais caros que os de Moreira.

O Sistema Único de Saúde (SUS) gasta cerca de R\$ 7,1 bilhões por ano para comprar esses remédios. Mas pelo menos uma parte desse valor tem ido direto para o lixo.

Um relatório inédito da Controladoria-Geral da União (CGU), concluído em abril, mostra que 11 Estados e o Distrito Federal jogaram remédios fora em 2014 e 2015. As causas do desperdício, que chega a R\$ 16 milhões, foram validade vencida e armazenagem incorreta.

Para se ter uma ideia do tamanho do problema, o valor perdido seria suficiente para custear o tratamento de Moreira por 104 anos.

Os Estados em que houve descarte foram Amapá, Bahia, Ceará, Distrito Federal, Pará, Paraíba, Pernambuco, Piauí, Rio de Janeiro, Rio Grande do Norte e Santa Catarina.

PERDAS EM SÉRIE

Uma das situações mais graves identificadas pelos auditores da CGU aconteceu na Bahia: entre 2013 e 2014, cerca de 200 mil comprimidos de Olanzapina (usado no tratamento da esquizofrenia) tiveram de ser jogados fora. Por um erro de planejamento, os remédios foram comprados e acabaram vencendo antes que os pacientes do Estado pudessem tomá-



Quanto mais escuro o Estado no mapa, maior o desperdício - os Estados mais claros não registraram descarte de medicamentos



Distribuição de remédios de alto custo é um dos programas mais caros do Ministério da Saúde

-lo. No total, foram R\$ 3,5 milhões descartados em comprimidos vencidos.

No caso da Bahia, um simples controle do estoque teria evitado o problema. Como a demanda por determinados remédios varia, as farmácias do CEAF têm o direito de devolver medicamentos armazenados por elas até 15 dias antes da data de vencimento dos lotes. Feito o pedido, o material é trocado sem qualquer custo para o contribuinte.

No entanto, a Secretaria de Saúde da Bahia permitiu que os remédios estragassem em seus galpões. Questionada pela CGU sobre o problema, a pasta não respondeu.

Situação semelhante aconteceu no Rio de Janeiro. Ali, perderam-se 1.104 frascos de um medicamento chamado Boceprevir 200 mg, usado para o tratamento da Hepatite C - cada unidade custa ao governo R\$ 6.102,98, segundo a tabela de aquisição de medicamentos do SUS.

Neste caso, a Secretaria Estadual de Saúde disse à CGU que os medicamentos já chegaram próximos do prazo de vencimento, por

serem importados, e que a prática é fazer um pedido de reposição quando isso ocorre - mas não esclareceu se os frascos de Boceprevir foram trocados.

No total, a auditoria da CGU encontrou perdas que chegam a R\$ 16,07 milhões. A estimativa é da reportagem da BBC Brasil a partir dos dados do relatório aos quais a reportagem teve acesso, já que a CGU não consolidou o valor das perdas financeiras.

As perdas alarmam, mas não são o único problema do programa. Em 14 Estados, o controle de estoque simplesmente não correspondia aos remédios que realmente estavam armazenados. Ou seja: produtos foram retirados ou entraram nos estoques sem que tenham sido registrados oficialmente pelos responsáveis - o que deixa uma porta aberta para mau uso de dinheiro ou produto público.

Há ainda casos de compras de medicamentos em que os gestores públicos descumpriram a lei e trouxeram prejuízo ao erário.

Em Alagoas, a Secretaria de Saúde deixou de usar a isenção do Imposto

sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) na compra de remédios em 2014. Ao pagar o imposto de forma indevida, houve prejuízo de R\$ 156 mil. Aos auditores da CGU, o então governo estadual reconheceu a ocorrência do problema e disse que tomaria providências para corrigi-lo.

Em Brasília, várias doses de imunoglobulina humana e outros medicamentos acabaram desperdiçados por terem sido guardados de forma incorreta - não foram mantidos refrigerados na temperatura certa. Ao todo, problemas de armazenagem foram encontrados em nove Estados. Os responsáveis pela Secretaria de Saúde do Distrito Federal à época (2014) não responderam aos questionamentos da CGU.

No Amapá, os auditores encontraram embalagens de suco, frutas e garrafas d'água nos mesmos refrigeradores usados para guardar os remédios. Novamente, o então governo estadual não respondeu às perguntas dos auditores.

"Chegamos ao ponto de alguns Estados não terem sequer um planejamento para a compra desses me-

dicamentos de alto custo. Quem não tem um planejamento não consegue nem sequer ver os eventuais problemas que podem estar acontecendo, como uma fraude ou o aumento na demanda de uma doença específica", diz Antônio Carlos Bezerra Leonel, auditor da CGU e hoje secretário federal de Controle Interno.

Leonel, que participou do processo de auditoria, diz ainda que a CGU está planejando uma nova rodada de auditorias para verificar se os desvios foram corrigidos. E que o Ministério da Saúde criou uma equipe responsável por acompanhar os casos mais graves.

"O SUS é federativo, então o ministério não pode impor algo aos Estados (que são autônomos na gestão), mas acho que a auditoria criou condições para que haja uma troca de informações mais efetiva (entre a pasta e os Estados)", afirma.

Em nota, o Ministério da Saúde disse que a responsabilidade pelo armazenamento e controle dos prazos de validade é compartilhada entre a pasta e as secretarias de saúde dos Estados. A compra de medicamentos para o SUS é dividida em três grupos (básico, estratégico e especializado). Os R\$ 7,1 bilhões gastos em 2016 foram para o componente especializado, que é o dos medicamentos de alto custo.

O ministério não comentou os casos de perda de medicamentos.

GESTÃO ARCAICA E FRAUDULENTA

O bancário aposentado Francisco Single, de 57 anos, tem uma doença pulmonar crônica. Desde que foi diagnosticado, há um ano e meio, ele se trata com dois medicamentos que lhe custariam cerca de R\$ 900 por mês - um valor alto para um orçamento de classe média.

Single diz que é comum encontrar no posto de São Paulo, onde mora, pessoas vindas de outras cidades ou mesmo Estados em busca de seus tratamentos. Elas recorrem à capital paulista por não encontrarem os medicamentos nas farmácias próximas de suas casas, diz ele.

O programa é um dos mais caros do Ministério da Saúde. Até agora, foram gastos R\$ 3,3 bilhões neste ano. Em 2016, o custo foi de R\$ 7,1 bilhões, de

acordo com o Ministério da Saúde. O valor está crescendo: em 2015 foram R\$ 5,8 bilhões, e em 2014, 4,8 bilhões, segundo a CGU.

"Havia um descasamento entre o que era investido (pelo Ministério da Saúde) e o que a sociedade recebia em retorno", diz o auditor Carlos Leonel. "Neste contexto de ajuste fiscal é preciso melhorar a gestão, pois provavelmente haverá dificuldades (para suprir a demanda dos pacientes)", diz ele.

O auditor diz ainda que às vezes são identificados problemas que vão além da má gestão e do descaso. "São frequentes operações de repressão, em conjunto com a Polícia Federal e o Ministério Público", lembra Leonel.

Uma desorganização no estoque ou uma falha de gestão pode ser usada para esconder um esquema fraudulento, por exemplo.

O último exemplo de investigação de corrupção na área da saúde vem de Alagoas: CGU e Polícia Federal deflagraram em oito de agosto a operação Correlatos, contra fraudes em licitações da Secretaria de Saúde do Estado. Dispensa de licitações e falta de planejamento em compras de materiais ajudaram a criar as condições para que um esquema milionário de corrupção.

Agentes públicos usavam brechas na lei para dispensar a licitação e escolher os fornecedores de remédios. No total, R\$ 237 milhões foram gastos assim. Enquanto isso, faltaram insumos básicos na saúde estadual, como seringas descartáveis.

Especialistas dizem que a solução dos casos de má gestão ou mesmo de corrupção não solucionariam todos os problemas da saúde pública brasileira: há também a falta de recursos. O Brasil investe muito menos que outros países em que existem sistemas universais de saúde, similares ao SUS.

Segundo dados da Organização Mundial de Saúde (OMS), enquanto no Brasil o gasto por pessoa era de cerca de US\$ 1,3 mil anuais em 2014, na França este valor era de US\$ 4,5 mil, e de US\$ 4,6 mil no Canadá. Em um cenário de escassez, é ainda mais dramático que os recursos acabem desperdiçados.

REUNIÃO

Entidades Fechadas de Previdência Complementar planejam disseminar cultura previdenciária em Goiás

Fotos: divulgação

Presidente da OABPrev
Enil Neto

Apesar dos temores gerados pela Reforma na Previdência, parte da população não se atentou para a importância da previdência complementar

ROTA JURÍDICA - Recentemente, o subsecretário do Regime de Previdência Complementar do Ministério da Fazenda, Paulo César dos Santos, observou que “o Brasil é um país que não tem cultura de prevenção”. De fato, apesar dos temores gerados pela Reforma na Previdência, grande parte da população ainda não se atentou para a importância da previdência complementar para assegurar mais conforto, estabilidade e tranquilidade na aposentadoria. Conscientes disso, representantes das Entidades Fechadas de Previdência Complementar (EFPCs) de Goiás, se reuniram na última semana, na sede da OABPrev,

em Goiânia, para discutir ideias de como disseminar a cultura previdenciária no Estado. Além da OABPrev, participaram representantes da Eletra, Previsan e Previcom.

“Entendemos que, independentemente de qual desfecho que se terá sobre as alterações ou não da Reforma Previdenciária, o que importa é que o trabalhador brasileiro deve buscar e principalmente começar a planejar a sua aposentadoria comple-

mentar. O futuro, incerto como é, nos coloca em situações de risco e vulnerabilidade. As mudanças cíclicas ou pontuais na economia geram cada vez mais insegurança às famílias”, comenta o presidente da OABPrev, Enil Neto.

Para ele, a previdência oficial nem sempre é suficiente para cobrir as necessidades futuras, não gera os recursos para cobrir as obrigações que cada vez mais são geradas pelo envelhecimento da população. “Hoje se vive mais e, consequentemente, torna-se mais necessário o atendimento daqueles que contribuíram. A previdência complementar é um instrumento de geração de renda que permite reduzir o desconforto da falta de recursos para complementar as nossas necessidades, as vezes básicas e que aparecem justamente em um período onde não mais podemos gerar rendimentos compatíveis com os gastos que

se apresentam”, salienta.

Também pela OABPrev estiveram presentes Samuel Junio Pereira, diretor de benefícios e Marlene Gontijo dos Reis Almida, gerente geral. Da Previcom compareceram o presidente, Edson Ronaldo Nascimento e Orion Andrade de Carvalho, diretor de seguridade. Pela Previsan participaram o presidente, Álvaro Leandro Barbosa Rodrigues; Arnaldo Castenheira Júnior, diretor de benefícios e Edmar Moraes da Silva, diretor de administração de finanças. Representando a Eletra estavam Luiz Humberto Urzedo de Queiroz, presidente, e Salomão Facini, diretor de benefícios. Também participaram do encontro Luiz Fernando Brum, assessor jurídico da Eletra e consultor jurídico da OABPrev GO/TO e da Previsan, além de Leonardo Rocha, diretor da Engrenagem Virtual, responsável pela Assessoria de Comunicação e Marketing da OABPrev.

NA JUSTIÇA

Assinado termo de cooperação para agilizar leilões de carros apreendidos

Representantes da Diretoria do Foro da comarca de Goiânia se reuniram com magistrados e membros do Detran, Polícia Civil e Ministério Público do Estado de Goiás (MPGO) para ajustar termo de cooperação entre as instituições para agilizar a realização de leilões públicos de veículos apreendidos e àqueles que estão sob a jurisdição das Varas Judiciais da capital.

A reunião, que foi realizada nesta quinta-feira (31), atende ao Provimento nº13/2017, do dia 2 de junho, assinado pelo corregedor-geral da Justiça de Goiás, desembargador Walter Carlos Lemes, e está em consonância com a Portaria nº 519/2017, do dia 27 de junho, assinada pela diretora do Foro da Comarca de Goiânia, juíza Maria Socorro de Sousa Afonso da Silva e que cria a Central de Leilão, responsável pela coordenação dos trâmites para realização do leilão público na comarca de Goiânia.

“Queremos trazer e entrar em um entendimento comum de so-



luções práticas e ações conjuntas, além de resultados satisfatórios”, pontua a presidente do Sindicato dos Delegados da Polícia do Estado de Goiás (Sindepol), delegada Silvana Nunes Ferreira.

A opinião é endossada pelo delegado titular da Delegacia Estadual de Repressão a Furtos e Roubos de Veículos Automotores (Derfrva), Adriano Sousa Costa. “Estamos em busca de procedimentos para que possamos resolver sobre os veículos que estão nos pátios das delegacias e que precisam ir a leilão”. De acordo com Costa, existem cerca de 3,5 mil

veículos nos pátios das delegacias do Estado.

Segundo a diretora do Foro da Comarca de Goiânia, juíza Maria Socorro de Sousa Afonso da Silva, com os ajustes do termo de cooperação entre as instituições, a expectativa é que até o final deste ano os pátios da comarca de Goiânia estejam com o volume mínimo de veículos. “Nosso objetivo é criar uma força tarefa para esvaziar os pátios, além de sensibilizar os magistrados da área criminal em alinhamento estratégico. Estamos tendo a iniciativa na comarca de Goiânia para que pos-

teriormente se estenda para as comarcas do interior”, pontua.

Os juízes Oscar de Oliveira Sá Neto e Placidina Pires, magistrados responsáveis pelos leilões, concordam na eficácia do trabalho em equipe. “É um momento único para que possamos unir forças com as instituições envolvidas”, afirma o juiz Oscar Neto.

Na próxima semana, está agendada a finalização do termo de cooperação e no dia 12 de setembro, visita ao depósito do Poder Judiciário e ao complexo de Furtos de Roubos de Goiânia, localizada no Setor Cidade Jardim.

Também participaram da reunião o promotor de justiça Luciana Miranda Meirelles; a assessora geral e o coordenador judiciário da Diretoria do Foro da comarca de Goiânia, Marina Sales Pentead e Thiago Borges Dutra de Castro; os delegados de polícia, Alécio Moreira e Fábio Meireles Vieira, e o representante do Detran, Paulo de Jesus.

ROTA JURÍDICA

TRF-1

Unimed é condenada a ressarcir o SUS pelos serviços prestados aos usuários do plano de saúde

Por unanimidade, a 5ª Turma do Tribunal Regional Federal da 1ª Região (TRF-1) determinou à Unimed Divinópolis que efetuassem o ressarcimento ao Sistema Único de Saúde (SUS) dos custos referentes aos atendimentos prestados pelos órgãos públicos aos usuários do plano de saúde. Em seu voto, o relator, juiz federal convocado Gláucio Maciel Gonçalves, destacou que o Supremo Tribunal Federal (STF) entendeu pela constitucionalidade do ressarcimento ao SUS instituído pela Lei nº 9.656/98, “encontrando-se esvaziada a discussão acerca deste tema”.

Em suas razões recursais, a Unimed afirma que a taxa de ressarcimento ao SUS, prevista na Lei nº 9.656/98, trata, na verdade, de tributo, uma vez que preenche todos os requisitos previstos no Código Tribu-

tário Nacional (CTN). Destaca que a prestação de serviços de saúde pelo Estado é um dever constitucionalmente tutelado, devendo ser financiado por impostos e contribuições, jamais por taxas de prestação de serviços. “A exigência da referida taxa fere o direito de liberdade da atividade particular de assistência à saúde prevista na Constituição”, ponderou.

Segundo o relator, nenhum dos argumentos apresentados pelo plano de saúde merece prosperar. “Este Tribunal tem o entendimento de que o ressarcimento de que trata a Lei nº 9.656/98 é devido dentro dos limites de cobertura contratados, e não tem natureza tributária, pois visa, além da restituição dos gastos efetuados, impedir o enriquecimento da empresa privada à custa da prestação pública de saúde”, fundamentou.

ROTA JURÍDICA

FORMAÇÃO DE EQUIPES

Palestra: Liderança com foco em resultados

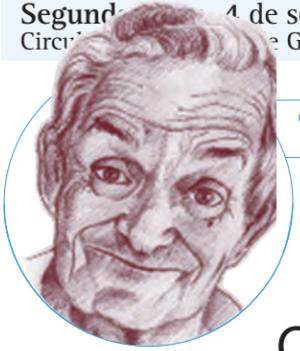


Eduardo Mesquita ensina técnicas de formação de equipe com foco em resultados, nesta terça-feira (5), às 19 horas

O Sindicato do Comércio Atacadista no Estado de Goiás (Sinat) promove, nesta terça-feira (5), a palestra “Formação de Equipes – Liderando com Foco em Resultados”, com o psicólogo Eduardo Mesquita. O evento será realizado no auditório da Fecomércio-GO, a partir das 19 horas. As inscrições devem ser feitas pelo link: <http://www.sinat.com.br/eventos-e-cursos>. A

palestra é gratuita, mas é solicitada ao participante a doação de duas latas de sardinha, as quais serão entregues ao Cevam – Centro de Valorização da Mulher.

Eduardo Mesquita é psicólogo. Tem vasta experiência em Desenvolvimento Humano, com mais de vinte anos de trabalho nesta linha de estudo. O curso é voltado para profissionais de Recursos Humanos e afins. DA REDAÇÃO



TEIXEIRA MENDES CONTA

Três pedreiros entram de férias e vão a praia pela primeira vez. O primeiro diz: tanta água!

O segundo diz: tanta areia!

Aí o terceiro diz: vamos embora antes que alguém traga o cimento

RECEITAS PRÁTICAS E FÁCEIS

TORTA SENSÇÃO DE MORANGO



INGREDIENTES

1 lata de leite condensado
2 caixas de creme de leite geladas
2 bandejas de morango picados
1 barra de chocolate meio amargo
1 pote de creme de leite fresco
2 colheres (sopa) de açúcar
Folhas de waffer,

ou 1 pacote de waffer

MODO DE PREPARO

Cozinhe a lata de leite condensado na panela de pressão por 15 minutos, espere gelar
Derreta a barra de chocolate no microondas por 1 minuto e misture com o creme de leite, reserve

Bata na mão o creme de leite fresco com o açúcar, por 7 minutos em velocidade constante, até que fique um chantilly
Em um refratário misture o leite condensado cozido e gelado com 1 caixa de creme de leite, até que fique um creme homogêneo
Em cima do creme coloque

as folhas de waffer (ele serve para sugar o líquido do morango), depois os morangos picados, e por cima o creme de chocolate, finalize colocando o chantilly
INFORMAÇÕES ADICIONAIS
Dica: pode-se colocar um pouco de café dissolvido no chantilly.

resumo de novelas

Malhação "Viva a Diferença"

■ Benê e Guto reatam a amizade e as aulas de piano. Ellen aconselha Anderson sobre o relacionamento com Tina. Dóris concorda em oferecer uma bolsa de estudos para Ellen no colégio Grupo, e Bóris comemora. Marta diz a Lica que aceitou jantar com ela e Edgar. Tina

confessa a Ellen que está mal por causa de Anderson. Tato sofre ao ver Deco com Tônico. Guto exige que Samantha respeite Benê. Samantha sugere que Clara pressione Guto. K2 ajuda Tato a vender os salgadinhos de Das Dores. Keyla se incomoda ao ver Tato e K2 juntos.

Novo Mundo

■ Anna acredita que Thomas seja o responsável pelo atentado contra Leopoldina. Greta insinua a Hilda que Diara é responsável pela piora do estado de saúde de Wolfgang. Após a confusão na taberna, Egídio detém Hugo, Licurgo, Germana, Elvira e Quinzinho. Matias, Libério e Cecília libertam as pessoas escraviza-

das por Sebastião. Joaquim resgata Quinzinho e repreende Elvira. Matias e Luana se interessam um pelo outro. Hugo propõe sociedade a Licurgo, Germana e Elvira na taberna. Francisco vai ao encontro de Dom Pedro, que pergunta por Domitila. Dom Pedro não resiste ao amor por Domitila.

Pega Pega

■ Pedrinho diz a Rúbia que gostou quando ela disse a Sabine que é sua namorada. Rúbia avisa ao amigo que eles terão que sustentar o falso namoro. Madalena consola Wanderley. Malagueta aconselha Agnaldo a usar os documentos falsos e fugir de carro. Domênico diz a Antônia que continua investigando

o caso por conta própria. Cíntia avisa a Júlio que Agnaldo está foragido. Timóteo combina com Canivete uma forma de entrar na casa de Elza e Prazeres. Malagueta comunica a Agnaldo que Wanderley foi preso. Ao ver que está sendo seguido pela polícia, Agnaldo atira os dólares pela janela.

Carinha de Anjo

■ Durante o jantar romântico, o delegado Peixoto diz que ele e Rosana já podem começar a pensar em casamento. Dulce Maria conversa com a mãe, Tereza, em seus sonhos e conta que gostaria de crescer rápido para entender o que se passa na cabeça de Cecília e Gustavo. Acontece a reunião de negócios na piscina do

hotel da rede de Noemia. A empresária insiste para que Gustavo e Cristóvão tirem as camisas e fiquem com roupa de banho. Juju mostra para Emílio a entrevista que Dulce fez com o Padre Fábio de Melo. A empresária aproveita para entender o que se passa na cabeça de Cecília e Gustavo. Acontece a reunião de negócios na piscina do

A Força do Querer

■ Zeca tenta explicar por que beijou Ritinha, mas Jeiza o interrompe e afirma a Cândida que não quer mais saber do rapaz. Abel cobra satisfações de Edinalva sobre o comportamento de Ritinha, e Nazaré repreende Zeca. Caio tenta convencer Silvana a retomar o tratamento para sua compulsão. Aurora comenta com Bibi que Elvira quer conhecer Rubinho. Joyce flagra Mira

com Irene. Comandados por Rubinho, os traficantes resgatam Sabiá da prisão. Eurico não aceita a transição de Ivana. Jeiza e Caio se encontram por acaso e se aproximam. Silvana garante a Eurico que não foi ele quem assinou os cheques do talão de Dantas. Cibele guarda o exame de DNA de Ruyzinho, que foi devolvido por Ruy. Caio e Jeiza se beijam.

Leia o Jornal Gazeta do Estado

gazetadoestado.com.br



Locação e Vendas
Impressoras e Copiadoras

O MELHOR CUSTO BENEFÍCIO A PARTIR DE R\$ 0,04

62 3920-1235
62 9256-4933

Classificados & Editais

(62) 3249-8883
editais@portalgazeta.com.br

EDITAL DE NOTIFICAÇÃO DE PROTESTO ENCONTRAM SE NO 1º PROTESTO DE GOIÂNIA, PARA SEREM PROTESTADOS OS SEGUINTE TÍTULOS: NP VL R\$ 467,54 C/ANTONIO MARCIO RIBEIRO DE SOUZA, EM FV DE BELCAR INVESTCAR LTDA; NP VL R\$ 937,28 C/TALYTTA POLLYANA COSTA DE PAULA, EM FV DE BELCAR INVESTCAR LTDA; NP VL R\$ 652,44 C/DACI SILVA PEREIRA ALECRIM, EM FV DE BELCAR INVESTCAR LTDA; NP VL R\$ 503,97 C/CRISTIANE LEO DE SOUZA, EM FV DE BELCAR VEICULOS LTDA; NP VL R\$ 604,22 C/RONISIE MACHADO DA SILVA LIMA, EM FV DE BELCAR VEICULOS LTDA; DMI VL R\$ 1.794,02 C/ETROS BOBINAS ETIQUETAS E DESCART LTDA ME, EM FV DE DYNAMIC LAB INDUSTRIA FARMACEUTICA LTDA - EP; CHQ VL R\$ 2.930,00 C/MAIKE ALEX KOBAYASHI, EM FV DE ANNA PAULA PEREIRA MARIANO C/SICOOB; DMI VL R\$ 105,00 C/LACI MARI GOMES SILVA, EM FV DE CIDADE COMERCIO OTICA LTDA; DMI VL R\$ 170,00 C/HONORINA FRANCISCA REGES, EM FV DE MB OPTICA LTDA-ME; DMI VL R\$ 254,90 C/ENDRIGO E SILVA LTDA, EM FV DE DISCAR DISTRIBUIDORA DE PECAS AUTOMOTIVAS LTD; DMI VL R\$ 294,00 C/SPE RESIDENCIAL AREIAO EMPREENDIMENTOS LTDA, EM FV DE LINE ENGENHARIA E CONSULTORIA LTDA - ME; DMI VL R\$ 332,20 C/FRUTABOX COMERCIO DE FRUTAS LTDA ME, EM FV DE VANDERLICIA MARQUES DE SOUZA; DMI VL R\$ 690,00 C/JOSE HENRIQUE MESSIAS FERREIRA, EM FV DE INSTITUTO GOIANO DE ANALISE DO COMPORTAMENTO; DMI VL R\$ 950,00 C/PAULO ROBERTO GARCIAS, EM FV DE COPAG COMERCIAL DE PECAS AGRICOLAS LTDA; DMI VL R\$ 986,31 C/AC AUDIO SONORIZACAO DE AMBIENTES EIR, EM FV DE NH INDUSTRIA E COMERCIO LTDA; DMI VL R\$ 1.216,60 C/ALESSANDRA FERREIRA MARINHO, EM FV DE SU BY MULTIMARCAS LTDA - ME; DMI VL R\$ 1.537,45 C/RALPH DOS REIS TORRES 70956436102, EM FV DE COMANDO BATERIAS AUTOMOTIVAS LTDA; DMI VL R\$ 1.973,00 C/RUBENS E MARINHO LTDA-ME, EM FV DE MORENA ROSA INDUSTRIA E COMERCIO DE CONFECOOE; DMI VL R\$ 3.169,80 C/HOSP DE URGENCIA DR. HENROQUE SANTILLO, EM FV DE CIENTIFICA MEDICA HOSPITALAR LTDA; DMI VL R\$ 5.000,00 C/TECNIGRUA COMERCIO E LOCACAO DE EQUIP, EM FV DE A SOLUCAO TRANSPORTES E LOCACAO LTDA - ME; DMI VL R\$ 47.188,98 C/FERNANDES CINTRA CONSTRUTORA LTDA ME, EM FV DE PERFINASA PERFILADOS E FERROS N S APARECIDA L; DMI VL R\$ 363,33 C/ADAO MARTINS, EM FV DE J T L AUTO PECAS SERV LTDA; DMI VL R\$ 394,58 C/ILTA MARTINS DE PAULA, EM FV DE OSCAR LIMA DE SOUZA; DMI VL R\$ 2.000,00 C/IRACEMA DOS REIS FREITAS, EM FV DE DALLO BERTE BAR LTDA; DSI VL R\$ 127,00 C/EURIPEDES ALVES PINTO, EM FV DE ASS DOS SERV DA IQUEGO; DSI VL R\$ 650,00 C/EURIPEDES ALVES PINTO, EM FV DE ASS DOS SERV DA IQUEGO; DSI VL R\$ 1.070,06 C/EURIPEDES ALVES PINTO, EM FV DE ASS DOS SERV DA IQUEGO; DSI VL R\$ 4.891,59 C/VALDECI G. DE SOUZA, EM FV DE ASS DOS SERV DA IQUEGO; CBI VL R\$ 80.851,09 C/DINAMUS ENGENHARIA LTDA-EPP, EM FV DE BMW FINANCEIRA S.A - CREDITO, FINANCIAMENTO E; IPC VL R\$ 1.770,42 C/NATIVOS PESCA ESPORTIVA LTDA, EM FV DE ESCRITORIO CENTRAL DE ARRECADACAO E DISTRIBUICAO ECAD; CLI VL R\$ 5.400,00 C/WANDER DA SILVA MOREIRA, EM FV DE ALEXANDRE MENDES LOPES; DMI VL R\$ 159,01 C/DIVINA LUIZA PEREIRA, EM FV DE ESEQUIEL DOS SANTOS DANTAS - EPP; DMI VL R\$ 510,00 C/SIMONE DA SILVA BEZERRA, EM FV DE GAL CAMBIO FACTORING CREDITO FINANCIAMEN; NP VL R\$ 620,00 C/WELLINGTON ALVES DOS REIS, EM FV DE GLADISTONE GOMES LEAL; NP VL R\$ 640,00 C/VALDIVINO DE SOUZA GOMES, EM FV DE GLADISTONE GOMES LEAL; DMI VL R\$ 75,00 C/HERONES MACHADO RIBEIRO JUNIOR, EM FV DE RESIDUO ZERO AMBIENTAL LTDA ME; DMI VL R\$ 511,71 C/ELI BENEDITO DE SOUZA, EM FV DE PEDREIRA IZAIRA IND E COM LTDA; DMI VL R\$ 45.000,01 C/RESIDENCIAL VIENA INCORPORACOES SPE 0, EM FV DE ROVEMA AUTO POSTO LTDA; CHQ VL R\$ 494,32 C/DUCILENE CARVALHO DE OLIVEIRA, EM FV DE SAO JORGE SHOPPING DA CONSTRUCAO LTDA C/BRASIL; DMI VL R\$ 468,00 C/IC CONSTRUCOES EIRELI-ME, EM FV DE CARLOS CAMPOS LOCACAO E COMERCIO LTDA - ME; DMI VL R\$ 250,00 C/NICOLAS GAMET RODRIGUES ARAUJO, EM FV DE ESCOLA EVANGELICA QUERUBINS LTDA-ME; DMI VL R\$ 250,00 C/VIVIANE DE SA DANTAS, EM FV DE ESCOLA EVANGELICA QUERUBINS LTDA-ME; DMI VL R\$ 251,00 C/LUZIA DE KASSIA FERREIRA DE MELO, EM FV DE MS ACESSORIOS - COMERCIO DE ELETROELETRONICOS; DMI VL R\$ 589,56 C/ULDA AGDA GONCALVES, EM FV DE ESTACAO V IND E COM COSMETICOS; DMI VL R\$ 625,61 C/SEMEA SERVOCOS DE MECANIZACAO, EM FV DE DAVID AUTO CENTER LTDA ME; DMI VL R\$ 1.240,44 C/HIPERPETRO AUTO POSTO EIRELE, EM FV DE PRIME SECURITY SOLUTIONS LTDA; DMI VL R\$ 1.822,99 C/ALFA PRIME CASA EIRELI ME, EM FV DE ROJEMAC IMP E EXP LTDA; DMI VL R\$ 168,42 C/NAYARA NATIELLE MENDES DE GOUVEIA, EM FV DE INSTITUTO VERAS EIRELI - ME; DMI VL R\$ 160,00 C/GEAN CHARLES CASSIMIRO DE OLIVEIRA 00465, EM FV DE NEW SOLDAS COMERCIO E SERVICOS EIRELI ; COMO NÃO FORAM ENCONTRADOS OS DEVEDORES ACIMA MENCIONADOS, INTIMO OS PARA VIREM PAGAR OS TÍTULOS DENTRO DE 24 HORAS E NÃO O FAZENDO, FICAM INTIMADOS DO RESPECTIVO PROTESTO POR MEIO DO PRESENTE EDITAL, QUE SERÁ PUBLICADO NO JORNAL "GAZETA" E AFIXADO NESTE TABELIONATO CONFORME ART. 15º DA LEI Nº 9.492/97. GOIÂNIA 01 DE SETEMBRO DE 2017. ASS: NAURICAN LUDOVICO LACERDA OFICIAL DO 1º PROTESTO DE GOIÂNIA, SITO À RUA 09 Nº 1.111 ST. OESTE FONE:3224 4209


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Cartório de Registros de Planaltina – GO
Registro de Imóveis, Civil das Pessoas Naturais, Civil das Pessoas Jurídicas, de Títulos e Documentos, e de Interdições e Tutelas
Gervázio Fernandes de Serra Júnior
Oficial Registrador

EDITAL DE LOTEAMENTO URBANO
(Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979)

GERVÁZIO FERNANDES DE SERRA JÚNIOR, Oficial do Cartório de Registros da Cidade de Planaltina, Estado de Goiás, na forma da Lei, torna público, em cumprimento do disposto no artigo 2º c/c art. 19 da Lei 6.766 de 19/12/1979, que a proprietária **GF PLANALINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA**, CNPJ nº 21.094.496/0001-80, com sede na Av. Comercial, Quadra 17, Lote 12, Sala 201, Parque Rio Branco, Valparaíso – GO, apresentou nesta Serventia os documentos necessários exigidos pelo artigo 18 da Lei Federal supracitada, para o registro do Loteamento denominado **"BURITIS II"**, tendo acesso pela Avenida Eloi Pinto de Araújo e Avenida B, com área total de 244.784,00m², avido pelo R.17 da Matrícula 19.444, Livro 2, fls. IV, atualmente matriculado sob o nº 79.698, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Planaltina-GO. O Loteamento contém 749 lotes divididos em 24 Quadras; 72.741,82m² ocupados por ruas e praças e 41.983,50m² ocupados por áreas verdes ou institucionais, inalienáveis. Destina-se a uma zona predominantemente residencial, foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Planaltina – GO e demais repartições competentes. Para garantia da execução das obras, o proprietário caucionou, mediante instrumento público, 30% da área vendável, ou seja, todos os lotes das Quadras 8-B, 10-B, 12-B, 14-B, 16-B, 17-B; os lotes 20 ao 28 da Quadra 13-B e os lotes 01 ao 07 da Quadra 15-B, os quais serão oportunamente liberados. E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este edital que será publicado no jornal da região, por 3 dias consecutivos, podendo o registro ser impugnado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da última publicação, tudo nos termos do artigo 19 da citada Lei Federal nº 6.766/79. Findo o prazo e não havendo impugnação, será feito o registro, ficando os documentos à disposição dos interessados neste Cartório. Planaltina – GO, 30/08/2017.



Publicidade Legal
(62) 3249-8883


REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Cartório de Registros de Planaltina – GO
Registro de Imóveis, Civil das Pessoas Naturais, Civil das Pessoas Jurídicas, de Títulos e Documentos, e de Interdições e Tutelas
Gervázio Fernandes de Serra Júnior
Oficial Registrador

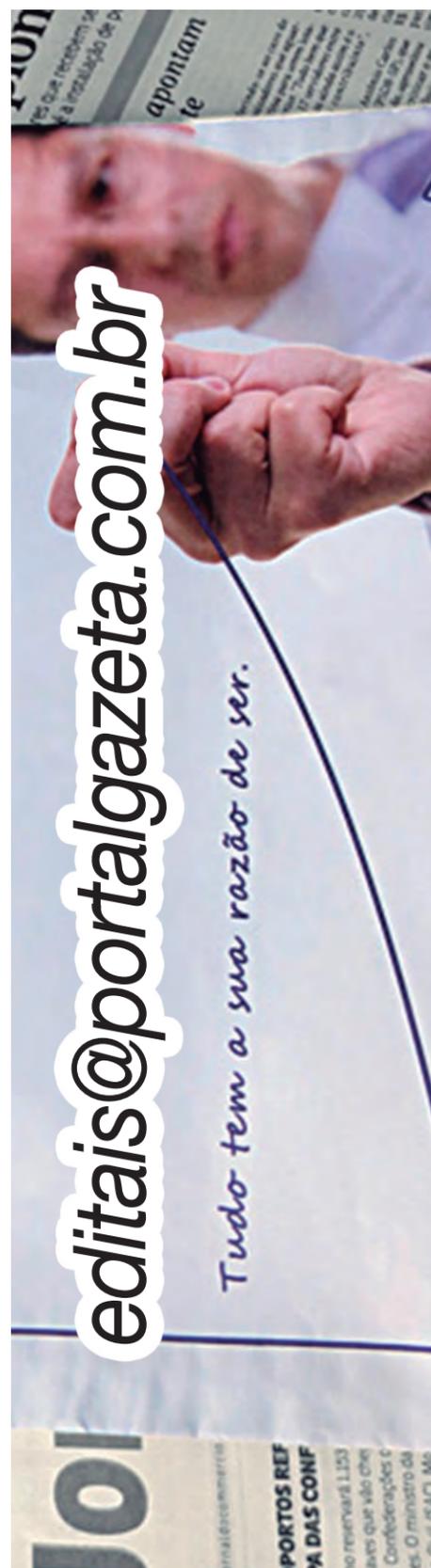
EDITAL DE LOTEAMENTO URBANO
(Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979)

GERVÁZIO FERNANDES DE SERRA JÚNIOR, Oficial do Cartório de Registros da Cidade de Planaltina, Estado de Goiás, na forma da Lei, torna público, em cumprimento do disposto no artigo 2º c/c art. 19 da Lei 6.766 de 19/12/1979, que a proprietária **GF PLANALINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA**, CNPJ nº 21.094.496/0001-80, com sede na Av. Comercial, Quadra 17, Lote 12, Sala 201, Parque Rio Branco, Valparaíso – GO, apresentou nesta Serventia os documentos necessários exigidos pelo artigo 18 da Lei Federal supracitada, para o registro do Loteamento denominado **"BURITI III"**, tendo acesso pela Avenida Eloi Pinto de Araújo e Avenida B, com área total de 402.386,00m², havido pelo R.14 da Matrícula 24.194, Livro 2, Fls. 1F, atualmente matriculado sob o nº 79.697, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Planaltina-GO. O Loteamento contém 1.138 lotes divididos em 31 Quadras; 94.671,06m² ocupados por ruas e praças e 77.608,58m² ocupados por áreas verdes ou institucionais, inalienáveis. Destina-se a uma zona predominantemente residencial, foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Planaltina-GO e demais repartições competentes. Para garantia da execução das obras, o proprietário caucionou, mediante instrumento público, 30% da área vendável, ou seja, todos os lotes da Quadra 24-C; os lotes 13 ao 27 da Quadra 22-C e os lotes 01 ao 25 da Quadra 12-C, os quais serão oportunamente liberados. E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este edital que será publicado no jornal da região, por três dias consecutivos, podendo o registro ser impugnado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da última publicação, tudo nos termos do artigo 19 da citada Lei Federal nº 6.766/79. Findo o prazo e não havendo impugnação, será feito o registro, ficando os documentos à disposição dos interessados neste Cartório. Planaltina-GO, 30/08/2017.



PREFEITURA MUNICIPAL DE URUAÇU
AVISO DE LICITAÇÃO

O Município de Uruaçu – GO, torna público, para conhecimento dos interessados, que será realizado o CHAMAMENTO PÚBLICO Nº 05/2017, Processo Administrativo nº 020983/2017, devendo as inscrições serem requeridas a partir do dia 04/09/2017 até o dia 13/09/2017, a realizar em sua sede, na sala de Licitações, na Avenida Goiás, Esq. c/ Rua Dona Cândida, Centro, Uruaçu – GO. CEP: 76.400-000, objetivando a SELEÇÃO DE EMPRESAS A SEREM INCUBADAS NA INCUBADORA DE EMPRESAS DE URUAÇU-GO. O Edital e seus anexos poderão ser requeridos pelo e-mail: compras@uruacu.go.gov.br. Informações pelo telefone: (62) 3357-3066. Comissão Permanente de Licitação da Prefeitura Municipal de Uruaçu-GO, ao 01 de setembro de 2017. Maria de Fátima da Silva, Presidente da Comissão de Licitação



editais@portalgazeta.com.br

Tudo tem a sua razão de ser.

Seu anúncio também é visto no Jornal Gazeta do Estado



REPÚBLICA FEDERATIVA
DO BRASIL
Cartório de Registros de Planaltina – GO
Registro de Imóveis, Civil das Pessoas Naturais, Civil das Pessoas Jurídicas, de
Títulos e Documentos, e de Interdições e Tutelas
Gervázio Fernandes de Serra Júnior
Oficial Registrador

EDITAL DE LOTEAMENTO URBANO
(Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979)

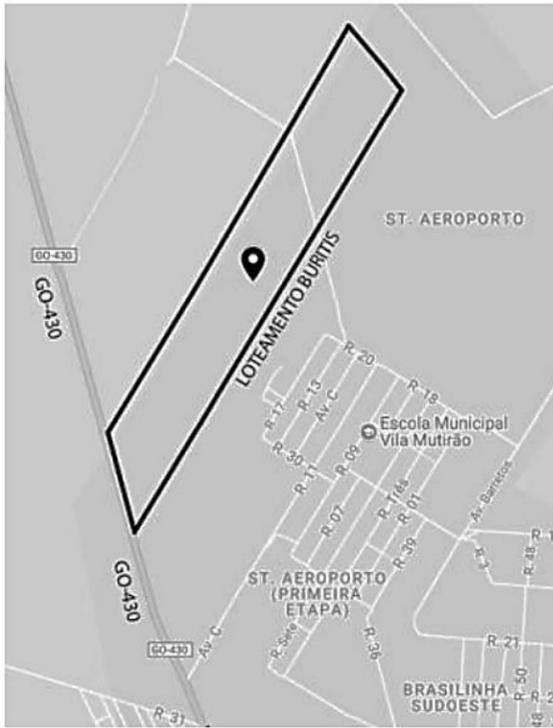
GERVÁZIO FERNANDES DE SERRA JÚNIOR, Oficial do Cartório de Registros da Cidade de Planaltina, Estado de Goiás, na forma da Lei, torna público, em cumprimento ao disposto no artigo 2º c/c art. 19 da Lei 6.766 de 19/12/1979, que a proprietária **GF PLANALTINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA**, CNPJ nº 21.094.496/0001-80, com sede na Av. Comercial, Quadra 17, Lote 12, Sala 201, Parque Rio Branco, Valparaíso - GO, apresentou nesta Serventia os documentos necessários exigidos pelo artigo 18 da Lei Federal supracitada, para o registro do Loteamento denominado "**BURITIS IV**", tendo acesso pela Avenida Eloi Pinto de Araújo, com área total de 402.386,00m², havido pelo R.4 da Matrícula 75.460, Livro 2, Fls. 1F, atualmente matriculado sob o nº 79.699, Livro 2, do Registro de Imóveis da Comarca de Planaltina-GO. O Loteamento contém 1.016 lotes divididos em 32 Quadras; 86.491,24 m² ocupados por ruas e praças e 126.070,94m² ocupados por áreas verdes ou institucionais, inalienáveis. Destina-se a uma zona predominantemente residencial, foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Planaltina e demais repartições competentes. Para garantia da execução das obras, o proprietário caucionou, mediante instrumento público, 30% da área vendável, ou seja, todos os lotes das Quadra 26-D e 27-D; os lotes 07 ao 18 da Quadra 21-D e os lotes 1 ao 12 da Quadra 14-D, os quais serão oportunamente liberados. E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este edital que será publicado no jornal da região, por três dias consecutivos, podendo o registro ser impugnado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da última publicação, tudo nos termos do artigo 19 da citada Lei Federal nº 6.766/79. Findo o prazo e não havendo impugnação, será feito o registro ficando os documentos à disposição dos interessados neste Cartório. Planaltina-GO, 30/08/2017.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
Cartório de Registros de Planaltina – GO
Registro de Imóveis, Civil das Pessoas Naturais, Civil das Pessoas Jurídicas, de
Títulos e Documentos, e de Interdições e Tutelas
Gervázio Fernandes de Serra Júnior
Oficial Registrador

EDITAL DE LOTEAMENTO URBANO
(Lei Federal nº 6.766, de 19 de dezembro de 1979)

GERVÁZIO FERNANDES DE SERRA JÚNIOR, Oficial do Cartório de Registros da Cidade de Planaltina, Estado de Goiás, na forma da Lei, torna público, em cumprimento ao disposto no artigo 2º c/c art. 19 da Lei 6.766 de 19/12/1979, que a proprietária **GF PLANALTINA EMPREENDIMENTOS IMOBILIÁRIOS SPE LTDA**, CNPJ nº 21.094.496/0001-80, com sede na Av. Comercial, Quadra 17, Lote 12, Sala 201, Parque Rio Branco, Valparaíso - GO, apresentou nesta Serventia os documentos necessários exigidos pelo artigo 18 da Lei Federal supracitada, para o registro do Loteamento denominado "**BURITIS**", tendo acesso pela Avenida Eloi Pinto de Araújo e Avenida B, com área total de 536.069,00m², havido pelo R.5 da Matrícula 13.051, Livro 2, Fls. 2F, do Registro de Imóveis da Comarca de Planaltina-GO. O Loteamento contém 1.739 lotes divididos em 48 Quadras; 190.104,52m² ocupados por ruas e praças e 80.062,57m² ocupados por áreas verdes ou institucionais, inalienáveis. Destina-se a uma zona predominantemente residencial, foi aprovado pela Prefeitura Municipal de Planaltina-GO e demais repartições competentes. Para garantia da execução das obras, o proprietário caucionou, mediante instrumento público, 30% da área vendável, ou seja, todos os lotes das Quadras 24-A a 36-A e os lotes 03 ao 40 da Quadra 37-A, os quais serão oportunamente liberados. E, para que chegue ao conhecimento de todos, expediu-se este edital que será publicado no jornal da região, por três dias consecutivos, podendo o registro ser impugnado no prazo de 15 (quinze) dias, contados da data da última publicação, tudo nos termos do artigo 19 da citada Lei Federal nº 6.766/79. Findo o prazo e não havendo impugnação, será feito o registro, ficando os documentos à disposição dos interessados neste Cartório. Planaltina-GO, 30/08/2017.



CARTÓRIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO/GO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE VALDIVINO BORGES FEITOSA, CPF: 946.467.321-49 e MARIA DA GUIA DE S CARVALHO FEITOSA, CPF: 007.303.813-07. PROTOCOLO: 38.625 REQUERIMENTO Nº 924670

O Cartório de Registros de Imóveis Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO/GO FAZ SABER, para ciência do(a) respectivo(a), Sr(a). VALDIVINO BORGES FEITOSA, CPF: 946.467.321-49 e MARIA DA GUIA DE S CARVALHO FEITOSA, CPF: 007.303.813-07, devedor(a) fiduciante do imóvel alienado, R 21 QD 55 LT NR 29 JD ANA BEATRIZ II SANTO ANTONIO D GO 72900970, a qual não tendo sido encontrada no endereço de cobrança R 21 QD 55 LT NR 29 JD ANA BEATRIZ II SANTO ANTONIO D GO 72900970, fica, por este edital, INTIMADO(A) do teor respectivo. O Cartório de Registros de Imóveis Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO/GO, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento do(a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, credor(a) fiduciário(a) do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, na matrícula nº. 20.389 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.Sa., venho INTIMÁ-LO(A) a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, cujo valor corresponde a R\$ 56.056,40 (cinquenta e seis mil cinquenta e seis reais e quarenta centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, o qual é lançado, na planilha de débitos, pelo(a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF como "Diferença de prestações anteriores". Assim, procedo à INTIMAÇÃO DE V.Sa. para que se dirija, no horário de 8:00 às 17:00, a este Ofício situado na cidade de Santo Antônio do Descoberto, Goiás, a Av. Dom Emanuel, Qd. 48 Lt. 11 Lj. 01 - Centro, onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado por 3 dias, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação. Por oportuno, fica V.Sa. ciente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Gilsomar Silva Barbalho, o Oficial.

CARTÓRIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO/GO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE SALOME DA SILVA BARROS, CPF: 000.529.791-56. PROTOCOLO: 38.646 REQUERIMENTO Nº 924703

O Cartório de Registros de Imóveis Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO/GO FAZ SABER, para ciência do(a) respectivo(a), Sr(a). SALOME DA SILVA BARROS, CPF: 000.529.791-56, devedor(a) fiduciante do imóvel alienado, Q 61 LOTE NR 12 J ANA BEATRIZ II SANTO ANTONIO D GO 72920000, a qual não tendo sido encontrada no endereço de cobrança Q 61 LOTE NR 12 J ANA BEATRIZ II SANTO ANTONIO D GO 72920000, fica, por este edital, INTIMADO(A) do teor respectivo. O Cartório de Registros de Imóveis Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO/GO, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento do(a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, credor(a) fiduciário(a) do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, na matrícula nº. 19.567 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.Sa., venho INTIMÁ-LO(A) a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, cujo valor corresponde a R\$ 51.970,20 (cinquenta e um mil novecentos e setenta reais e vinte centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, o qual é lançado, na planilha de débitos, pelo(a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF como "Diferença de prestações anteriores". Assim, procedo à INTIMAÇÃO DE V.Sa. para que se dirija, no horário de 8:00 às 17:00, a este Ofício situado na cidade de Santo Antônio do Descoberto, Goiás, a Av. Dom Emanuel, Qd. 48 Lt. 11 Lj. 01 - Centro, onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado por 3 dias, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação. Por oportuno, fica V.Sa. ciente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Gilsomar Silva Barbalho, o Oficial.

CARTÓRIO DE REGISTROS DE IMÓVEIS TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DE PESSOAS JURÍDICAS DE SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO/GO

EDITAL DE INTIMAÇÃO DE THAYNARA DE JESUS, CPF: 047.577.841-39. PROTOCOLO: 38.653 REQUERIMENTO Nº 924710

O Cartório de Registros de Imóveis Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO/GO FAZ SABER, para ciência do(a) respectivo(a), Sr(a). THAYNARA DE JESUS, CPF: 047.577.841-39, devedor(a) fiduciante do imóvel alienado, Q 71 LOTE B NR 1 JARDIM ANA BEATRIZ II SANTO ANTONIO D GO 72900000, a qual não tendo sido encontrada no endereço de cobrança Q 71 LOTE B NR 1 JARDIM ANA BEATRIZ II SANTO ANTONIO D GO 72900000, fica, por este edital, INTIMADO(A) do teor respectivo. O Cartório de Registros de Imóveis Títulos e Documentos e Civil de Pessoas Jurídicas de SANTO ANTONIO DO DESCOBERTO/GO, segundo as atribuições conferidas pelo artigo 26, parágrafos 1º e 3º da Lei nº. 9.514/97, por requerimento do(a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF, credor(a) fiduciário(a) do contrato imobiliário garantido por alienação fiduciária, na matrícula nº. 20.788 deste Ofício, com saldo devedor de responsabilidade de V.Sa., venho INTIMÁ-LO(A) a efetuar o pagamento das prestações vencidas e as que se vencerem até a data do pagamento, os juros convencionais, as penalidades e os demais encargos contratuais, os encargos legais, inclusive tributos, as contribuições condominiais imputáveis ao imóvel, cujo valor corresponde a R\$ 55.766,20 (cinquenta e cinco mil setecentos e sessenta e seis reais e vinte centavos), além das despesas de cobrança e de intimação, o qual é lançado, na planilha de débitos, pelo(a) CAIXA ECONOMICA FEDERAL - CEF como "Diferença de prestações anteriores". Assim, procedo à INTIMAÇÃO DE V.Sa. para que se dirija, no horário de 8:00 às 17:00, a este Ofício situado na cidade de Santo Antônio do Descoberto, Goiás, a Av. Dom Emanuel, Qd. 48 Lt. 11 Lj. 01 - Centro, onde deverá efetuar o pagamento do débito discriminado. Este edital será publicado por 3 dias, devendo o débito supramencionado ser pago no prazo improrrogável de 15 (quinze) dias a contar do último dia desta publicação. Por oportuno, fica V.Sa. ciente de que o não cumprimento do referido pagamento no prazo ora estipulado, garante o direito de consolidação de propriedade do imóvel em favor da credora fiduciária, nos termos do artigo 26, parágrafo 7º, da Lei nº. 9.514/97. Atenciosamente, Gilsomar Silva Barbalho, o Oficial.



REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
CARTÓRIO DE REGISTRO GERAL DE IMÓVEIS E ANEXOS DE RIO VERDE – GO
FRANKLIN WILSON XAVIER – Oficial
Av. José Walter. nº 500. Setor Morada do Sol - CEP 75.908-740 - PABX. (64) 3051-5001 - e-mail: cartorioxavier@cartoriofwxavier.com.br

EDITAL

FRANKLIN WILSON XAVIER, Oficial do Cartório de Registro de Imóveis e Anexos desta Comarca de Rio Verde/GO.

FAZ SABER aos que o presente edital vir, ou dele tiver conhecimento que, **(HSBC BANK S.A./KIRTON BANK BRASIL S.A.- BANCO MÚLTIPLO)**, instituição financeira inscrita no CPNJ sob o nº 01.701.201/0001-89, com sede social no endereço situado a Travessa Oliveira Bello, nº34, 4º andar, Centro, CEP: 80020-030, Curitiba-PR, neste ato representada nos termos de seu Estatuto Social, na qualidade de CREDORA FIDUCIÁRIA, REQUEREU a este Serviço Registral, a(s) **INTIMAÇÃO (ÕES)** de **JAIRO FERREIRA BESSA**, brasileiro, divorciado, produtor rural, inscrito no CPF nº 063.199.191-32 e portador do RG nº 1041368 SSP/GO, residente e domiciliado à Rua Tamoyo, Setor Santo Antônio de Lisboa, Lote 10, Quadra 15 - Rio Verde/GO, na qualidade de **DEVEDOR(ES) FIDUCIANTE(S)**, nos termos da Lei 9.514/1997, para que satisfaça(m) o pagamento da importância de **(R\$ 265.668,77 Duzentos e sessenta e cinco mil, seiscentos e sessenta e oito reais e setenta e sete centavos)**, acrescida das prestações que vencerem até a data do pagamento, juros e encargos legais e contratuais. Tal dívida e originária do contrato 1321470/8439249, datado de 30/08/2013, que tem com garantia o imóvel residencial situado a Rua Tamoyo, Setor Santo Antônio de Lisboa, Lote 10, Quadra 15, - Rio Verde/GO, Matrícula nº 53582 (Cartório de Registro de Imóveis de Rio Verde). O(s) devedor(es) fiduciante(s) encontra(m) - se em local incerto, conforme certificado. Desta forma, fica(m) o(s) DEVEDOR(ES) FIDUCIANTE(S), acima qualificado(s), **CONSTITUIDO(S) EM MORA E INTIMADO(S)**, para que satisfaça(m) o pagamento da importância acima referida e acréscimos, **no prazo de 15 (quinze) dias**, a contar da última publicação do presente Edital, neste Serviço Registral, situado na Avenida José Walter, nº 500, Setor Morada do Sol - Centro - Rio Verde/GO, sob pena de vencimento antecipado de toda a dívida, consolidação da propriedade do imóvel em favor do(a) credor(a) e imediata execução da dívida através de leilão extrajudicial do imóvel. Dado e passado nesta cidade de Rio Verde/GO, em 31 de agosto de 2017.

FWXavier
Oficial (a)

**AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº 042/2017 - S.R.P.**

O MUNICÍPIO DE ORIZONA/GO, através de seu Pregoeiro, torna público para conhecimento dos interessados que fará realizar no dia 25 de setembro de 2017, às 09h00min, em sua sede administrativa, licitação na modalidade Pregão Presencial, por sistema de registro de preço, do tipo Menor Preço por Item, cujo objeto refere-se à aquisição de materiais de piscina e pré-moldados, em atendimento às necessidades da Prefeitura Municipal de Orizona-Go. A licitação será regida nos moldes da Lei Federal nº 10.520/2015, Decreto nº 7.892/13, Lei nº 123/06 alterada pela LC nº 147/14 e, subsidiariamente a Lei nº 8.666/93, com suas alterações posteriores, e demais condições estabelecidas no edital, o qual poderá ser retirado no site www.orizona.go.gov.br ou na Sede desta Prefeitura. Orizona/GO, 01 de setembro de 2017. Ronald Moreira Dias-Pregoeiro.

Publicidade Legal

De segunda a segunda
o melhor local
para seu anúncio
Gazeta
(62) 3249-8883
editais@portalgazeta.com.br

Tu editais@portalgazeta.com.br

HORÓSCOPO

Áries (21 mar. a 20 abr.)

Atenção com a tendência a ilusões e um excesso de expectativas, ariano. Você está bastante idealista e sonhador neste momento, mas deve também ter os pés no chão. Hoje pode haver dificuldades de comunicação geradas por mal-entendidos.

Touro (21 abr. a 20 mai.)

Este é um momento importante para você estar mais consciente de seus valores emocionais e espirituais. O dia não é positivo para transações financeiras, mas sim para reflexões. Tenha cuidado com a tendência a se equivocar sobre o valor das coisas.

Gêmeos (21 mai. a 20 jun.)

Cuidado com a tendência a pensamentos pessimistas e derrotistas, geminiano. Este é um momento em que há desafios envolvendo a vida profissional, familiar e emocional. Cuidado com as confusões e as situações dúbias e ilusórias.

Câncer (21 jun. a 21 jul.)

O início de semana pede descanso e interiorização aos cancerianos. É um momento importante para reorganizar as suas atividades cotidianas, havendo mais equilíbrio. É hora de ouvir mais a intuição e de agir de acordo com ela.

Leão (22 jul. a 22 ago.)

Um dia em que pode haver dificuldades e desafios envolvendo as amizades. Tenha cuidado com a tendência a se iludir em questões emocionais ou financeiras. É um momento em que deverá aproximar mais a ternura e a sexualidade.

Virgem (23 ago. a 22 set.)

Um dia de importantes desafios na carreira e nos relacionamentos virgínios. Pode estar havendo desafios entre as suas demandas pessoais e as de suas relações. Importante processo de amadurecimento nos relacionamentos.

Libra (23 set. a 22 out.)

Pode estar havendo um descompasso entre a razão e a emoção, libriano. O momento é importante para cuidar mais da saúde e respeitar os seus limites. Desafios envolvendo a teoria e a prática, os conhecimentos e o trabalho.

Escorpião (23 out. a 21 nov.)

Um dia em que você tende a se sentir dividido emocionalmente. Fortes desafios envolvendo a vida amorosa e as finanças. Cuidado com a tendência à melancolia e ao pessimismo. Há um desafio de harmonização entre o amor e o sexo.

Sagitário (22 nov. a 21 dez.)

Um dia de importantes desafios em seus relacionamentos e questões familiares. As exigências da família podem estar desgastando e vulnerabilizando os sagitarianos. É um momento em que você deve colocar as suas questões de forma mais lúcida e madura.

Capricórnio (22 dez. a 20 jan)

Tende haver confusões nas interações e nos relacionamentos. O momento é importante para que as coisas fiquem mais claras entre você e as pessoas. Um dia importante para cuidar da saúde e do aprimoramento profissional.

Aquário (21 jan. a 19 fev.)

Este é um momento que desfavorece compras e aquisições financeiras, aquariano. É necessário que você esteja muito consciente do que é valioso em sua vida. Momento de desafios emocionais ligados às questões mais concretas.

Peixes (20 fev. a 20 mar.)

Preste mais atenção nos seus verdadeiros sentimentos, pisciano. O momento é muito desafiador em termos emocionais e nos objetivos ligados à carreira. Pode estar havendo dificuldades em se fazer entender pelas pessoas.

QUADRINHOS

O Elogio

Charles Schulz



BESTEIROL DO SEU DEDÉ

Galileu, quando afirmou que o mundo girava só confirmou o que nós bêbados já sabíamos!!!

PASSATEMPO

PROBLEMAS DE LÓGICA

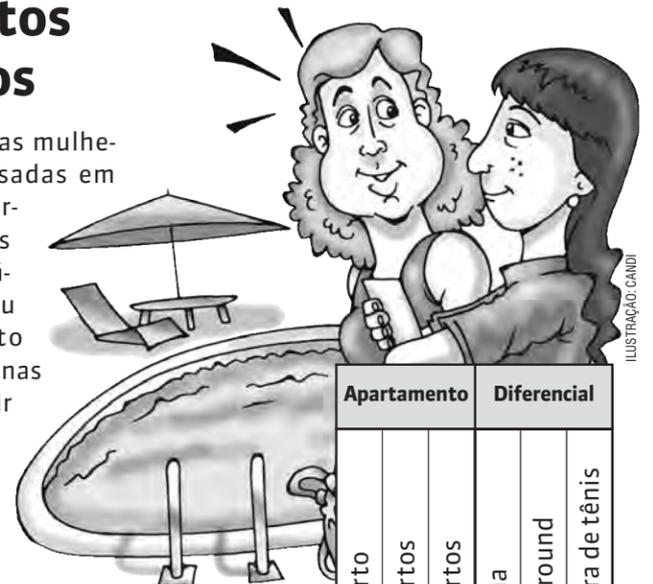
www.coquetel.com.br

© Revistas COQUETEL

Resolva o passatempo, preenchendo o quadro. Coloque S (sim) em todas as afirmações e complete com N (não) os quadrinhos restantes (veja o exemplo). Para isso, use sempre a lógica, a partir das dicas.

Lançamentos imobiliários

Daniele e outras duas mulheres ficaram interessadas em comprar um dos apartamentos de novos lançamentos imobiliários. Cada uma gostou de um apartamento diferente. Com base nas dicas, tente descobrir o nome de cada mulher, quantos quartos tem o apartamento que lhes despertou interesse e o item diferencial de cada imóvel.



Nome	Apartamento			Diferencial		
	1 quarto	2 quartos	3 quartos	Piscina	Playground	Quadra de tênis
Amanda						
Cíntia						
Daniele						
Diferencial	Piscina			N		
Playground		N	N	S		
Quadra de tênis						N

- O apartamento com três quartos conta com um playground com brinquedos para crianças.
- Cíntia gostou do apartamento com apenas um quarto.
- Amanda gostou do prédio com piscina.

Nome	Apartamento	Diferencial

Quem faz palavras cruzadas é mais divertido!

COQUETEL #façacoquetel

Solução

Nome	Apartamento	Diferencial
Amanda	1 quarto	Piscina
Cíntia	2 quartos	Playground
Daniele	3 quartos	Quadra de tênis